

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

RICARDO LÉO SANTOS BARRETO

**PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA E A GERAÇÃO DE
EMPREGO NO SETOR NO PERÍODO 2004-2010**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2018**

RICARDO LÉO SANTOS BARRETO

**PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA E A GERAÇÃO DE
EMPREGO NO SETOR NO PERÍODO 2004 - 2010**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

ORIENTADOR: PROF. MARCOS ANTÔNIO TAVARES SOARES

VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA

2018

B264i

Barreto, Ricardo Léo Santos.

Processo de industrialização na Bahia e a geração de emprego no setor no período 2004 - 2010. / Ricardo Léo Santos Barreto 2018.

78f.

Orientador (a): Marcos Antônio Tavares Soares.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referências. F. 75 - 78.

1. Industrialização na Bahia. 2. Industrialização – Emprego formal. 3. CEPAL – Desenvolvimento econômico. I. Soares, Marcos Antônio Tavares. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T

CDD: 338.681

RICARDO LÉO SANTOS BARRETO

**PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA E A GERAÇÃO
DE EMPREGO NO SETOR NO PERÍODO 2004 – 2010**

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovada em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Marcos Antônio Tavares Soares

Orientador

Josias Alves de Jesus

Examinador

Andréa Braz da Costa

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ao longo desses anos, ter me proporcionado coragem e discernimento para seguir enfrentando as dificuldades da vida acadêmica e pessoal, agradeço a minha família, a minha vó e aos meus irmãos que sempre acreditou que eu conseguiria alcançar meus objetivos, em especial a minha mãe (Aparecida), que sempre foi minha fonte de inspiração e determinação, ao meu pai (Hélio) que mesmo no final da vida, na luta contra o câncer nunca deixou de acreditar e sempre me incentivou para que eu continuasse. Agradeço a minha namorada Maíra, e as inúmeras pessoas que passaram na minha vida nesse período e me ajudaram direta ou indiretamente a “superar” essa perda e ter conseguido seguir em frente para que pudesse alcançar esse objetivo.

Agradecimento aos meus amigos e colegas que tornaram esse período um pouco mais tranquilo e trouxe alegria durante essa etapa, agradecimento a todos os professores desta instituição por ter transmitido um pouco do seu conhecimento e ter colaborado para o meu crescimento profissional, em especial ao orientador Marcos Tavares por sempre mostrar disponibilidade e atenção para elaboração desse trabalho. A todos vocês um forte abraço e meu sincero obrigado por contribuir para que esse momento tão esperado pudesse ser alcançado.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de industrialização na Bahia e seu desempenho na geração do emprego formal de 2004 a 2010. Para atingir tais objetivos, inicialmente realizou-se a revisão bibliográfica acerca das teorias que tratam do subdesenvolvimento e da falta de industrialização na América-Latina e no Brasil. Além disso, o trabalho também investigou o processo histórico no qual se deu o surgimento, evolução e os desdobramentos da indústria baiana, realizando o levantamento de dados em instituições como IBGE, SEI-BA, MTE (CAGED E RAIS) credenciadas para alcançar tais objetivos. O resultado mostra que a indústria da Bahia cresceu gerando empregos diretos importantes em algumas regiões, porém, com pouca participação do emprego formal referente ao total de empregos gerados no Estado, no entanto observou-se que houve crescimento no período com destaque para a indústria de transformação que ocorreu um avanço comparado com outros setores. Verificou-se que a industrialização ocorreu de forma concentrada e que houve a tentativa do governo em descentralizar o complexo industrial, com destaque para pequena redução da centralização em favor do centro-sul, e houve um crescimento da renda média da indústria em relação à renda média total do trabalho no ano de 2010.

Palavras chaves: Industrialização. Indústria de transformação. Emprego formal. Bahia. CEPAL.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do pessoal ocupado na indústria do Brasil 1970-1995	24
Gráfico 2 - Composição do PIB por Participação no Valor Agregado a preços básicos no Brasil período 1950-2000	25
Gráfico 3 - Participação da Indústria no PIB das regiões da federação no período 1950-2000	30
Gráfico 4 - Evolução da participação da indústria no emprego formal nas regiões do Brasil no período 1985-1995.....	30
Gráfico 5 - Evolução da participação da indústria com relação ao PIB, valor adicionado a preços básicos, período de 1939-1955 nos estados da Bahia e Pernambuco.....	36
Gráfico 6 - Composição Setorial da Economia Baiana (1960-2010)	43
Gráfico 7- Participação da indústria de transformação em valor nominal no PIB Estadual, comparando entre as unidades da federação Bahia e Pernambuco 2004 a 2009.....	63
Gráfico 8 – Renda média por setores de atividades econômicas e renda média real total da Bahia de 2004 a 2010	67
Figura 1 – Mapa das mesorregiões da Bahia.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projetos aprovados pelo PROBAHIA 1992 – 1999	46
Tabela 2 – Estrutura do emprego formal na Bahia no período 1990 – 2000.....	47
Tabela 2 – Investimentos industriais realizados no Estado da Bahia por atividades.....	50
Tabela 3 – Bahia: Produto Interno Bruto Estadual, per capita e a participação com relação ao PIB nacional.....	53
Tabela 4 - Bahia: Participação das atividades econômicas no PIB a preços básicos, 2004 – 2010.....	53
Tabela 5 - Estrutura do setor industrial da Bahia na participação no PIB 2004 – 2010.....	54
Tabela 6 – Participação do emprego formal na indústria em geral referente ao total do emprego em unidades da federação selecionadas de 2004 a 2010.....	55
Tabela 7 – Participação do emprego formal nos principais setores da economia da Bahia de 2004 a 2010	56
Tabela 8 – Relação capital/trabalho dos setores produtivos na Bahia (2000-2009).....	57
Tabela 9 – Dados do total de empregados formais admitidos e desligados na indústria da Bahia de 2004 a 2010.....	58
Tabela 11 – Evolução do emprego formal nos subsetores da indústria da Bahia 2004-2010....	59
Tabela 12 – Bahia: evolução da ocupação formal na indústria em geral de 2004 a 2010.....	60
Tabela 13 – Participação do nº de trabalhadores formais na indústria de transformação da mesorregião Bahia 2004-2010	61
Tabela 14 - Dados gerais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, número de unidades locais e valor bruto da produção industrial Bahia e Pernambuco 2004 – 2010.....	64
Tabela 15 – Renda média do setor industrial geral nas unidades da federação selecionadas de 2004 a 2010	66

Tabela 16 – Renda média dos subsetores de atividades econômicas e renda média total da Bahia de 2004 a 2010	68
Tabela 17 – Estrutura do emprego formal a valores absolutos na Bahia no período 1990-2000.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CIA - Centro Industrial de Aratu
COPEC - Complexo Petroquímico de Camaçari
CPE - Comissão de Planejamento Econômico
FUNDAGRO - Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial
GTDN - Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste
PLANDEB - Plano de Desenvolvimento da Bahia
RLAM - Refinaria Landulpho Alves
RMS - Região Metropolitana de Salvador
SEP - Sistema Estadual de Planejamento
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
PROBAHIA - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia
DESENVOLVE - Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
SICM – Secretária da Indústria, Comércio e Mineração.
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
PSI – Processo de Importações de Substituição
FMI – Fundo Monetário Internacional
AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A IMPORTÂNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO E A CONTRIBUIÇÃO DA CEPAL.....	11
1.1 A industrialização e o desenvolvimento econômico da América Latina ...	11
1.2 Industrialização no Brasil e a influência da CEPAL.....	19
1.3 Desequilíbrios Regionais	26
2 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA.....	32
2.1 Industrialização da Bahia até 1950	32
2.2 Políticas de industrialização no período 1950-1980.....	38
2.3 Política de industrialização a partir de 1990	45
3 INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA NO PERÍODO 2004 A 2010	49
3.1 Política de atração de empresas para Bahia.....	49
3.2 A importância econômica do setor industrial na Bahia 2004 a 2010	53
3.3 Emprego Formal na Bahia de 2004 a 2010.....	55
3.4 Centralização e descentralização na indústria da Bahia.....	61
3.5 Comparação do setor industrial do estado da Bahia e de Pernambuco ...	62
3.6 Renda média.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

A história econômica do Estado da Bahia apresentou dinâmicas diversas e constantes mudanças ao longo do tempo. Nesse sentido, no primeiro momento a economia baiana passou por características herdadas da colonização portuguesa, apresentando um território extenso e com diversidade climática, e com uma economia voltada para o mercado externo.

O processo de industrialização foi tardio na América Latina comparada com as economias desenvolvidas. No intuito de identificar os problemas da falta de industrialização a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi responsável por fazer estudos e planejamento para o desenvolvimento dos países latino-americanos, logo, o Brasil foi um dos países que mais utilizou do pensamento da CEPAL para o seu processo de desenvolvimento através da industrialização com aumento da produtividade do trabalho e da renda média per capita.

Com o debate político e econômico no país voltado para o incentivo do processo de industrialização, as mudanças ocorridas na Bahia com o processo de implantação da indústria desde a década de 1950 e 1960 transformou a estrutura da economia. O Estado passou por várias modificações estruturais devido à conjuntura da época que buscava industrialização com a finalidade de se obter um maior crescimento econômico e da geração de emprego.

Diante disto, esse estudo, após definir o tema, procura responder a seguinte pergunta de pesquisa: qual a importância do setor industrial na geração de emprego formal urbano no estado da Bahia no período 2004 a 2010?

O presente trabalho tem como objetivo, num nível mais geral, investigar o desempenho do setor industrial na Bahia levando em consideração a importância do setor para o desenvolvimento do Estado no âmbito do mercado de trabalho. Busca-se, assim, analisar a origem do processo de industrialização procurando explorar as potencialidades e deficiências do setor industrial e a contribuição para geração de emprego na Bahia na década 2004 a 2010.

Os objetivos específicos deste trabalho se dividem em três e serão responsáveis por cada capítulo correspondente, que são: 1) analisar como ocorreu a busca pelo desenvolvimento a partir do processo de industrialização nos países da América-Latina, mostrando a influência do pensamento da CEPAL e como ocorreu esse processo no Brasil, analisando os desequilíbrios regionais existentes; 2) analisar o processo de industrialização na Bahia; e 3) investigar a dinâmica do setor industrial pela ótica do emprego.

Posto, então, os objetivos, a hipótese que orienta esta discussão é de que o setor industrial na Bahia cresceu gerando poucos empregos e de uma forma concentrada principalmente na região metropolitana de Salvador.

O tipo de pesquisa que dará origem a esse estudo para que se alcancem as metas desejadas, serão utilizados método de abordagem hipotético-dedutivo. O trabalho buscará levantar o conhecimento disponível na área através de recursos de fontes secundárias como livros, revistas, jornais, e outras fontes buscando identificar a contribuição para o processo de industrialização na Bahia.

Com o método de procedimento histórico, onde a revisão da literatura sobre o fenômeno estudado abrange diversos níveis e perspectivas de análise para a compreensão do próprio tema, divide-se o estudo em etapas, procurando determinar relações existentes entre elas, não perdendo a lógica do pensamento base.

Após esse primeiro momento de pesquisa histórica das dificuldades da indústria será feito levantamento de dados de instituições brasileiras credenciadas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregos e Desempregos (CAGED), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BA).

O período escolhido entre 2004 a 2010 se justifica devido a recuperação do crescimento econômico no país, com aumento do consumo e da renda real das famílias. Além disso, a partir de 2008 a crise financeira mundial atingiu o crescimento da economia brasileira, exigindo do governo soluções para a falta de crescimento, nesse sentido, é importante verificar o desempenho do setor industrial nesse período até o ano de 2010.

O presente trabalho será dividido em quatro partes, além da introdução. O primeiro apresenta referencial teórico com uma visão sobre o contexto geral da industrialização na América-Latina e no Brasil, destacando os problemas dos países subdesenvolvidos frente aos países desenvolvidos no processo de industrialização, mostrando a importância da contribuição da CEPAL principalmente no Brasil na década de 1950, seu período de maior criatividade e contribuição.

No segundo capítulo, será apresentado um resumo do contexto histórico acerca da implantação da indústria na Bahia, e buscará esgotar o segundo objetivo específico de como ocorreu à industrialização na Bahia, dividindo em dois períodos, como se deu a industrialização até 1950 e após esse período.

No terceiro capítulo, investiga-se com mais ênfase o desempenho da industrialização. Paralelo a isto, busca fazer uma análise do emprego no setor industrial na Bahia. Nesse sentido, a atenção centraliza para elementos como a renda média, pessoal ocupado e a importância que o setor industrial tem para a geração de emprego formal.

Por fim, nas considerações finais será apresentada a importância da indústria na geração de emprego formal na Bahia e se está se descentralizou de modo a promover o desenvolvimento da Bahia ou se a geração de emprego se concentra apenas na Região Metropolitana de Salvador.

1 A IMPORTÂNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO E A CONTRIBUIÇÃO DA CEPAL

O contexto histórico do surgimento da CEPAL ocorreu no século XX, em um período de grande turbulência econômica e acontecimentos de proporções mundiais e que resultou em grandes mudanças para a história da humanidade. O primeiro evento de marco histórico foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em seguida a grande depressão de 1929, essa que foi a mais longa recessão econômica do período acompanhada de amplo desemprego e seguiu até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Nessa conjuntura nasce à CEPAL criada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que surge através da necessidade do estudo da falta de industrialização sob o ponto de vista dos países latino-americanos. Identificando as causas e a persistência do subdesenvolvimento e solucionar problemas como os porquês das economias desses países apresentam um crescimento lento quando comparado com outros países mais desenvolvidos.

Neste capítulo será apresentado na seção 1.1, o cenário econômico dos países latino-americanos, assim como o debate a respeito da industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento. Na seção 1.2 será feita uma discussão a respeito do processo de industrialização no Brasil e a influência da CEPAL, já na seção 1.3 será feita uma investigação dos desequilíbrios regionais existentes no país e como influenciou no desenvolvimento industrial.

1.1 A industrialização e o desenvolvimento econômico da América Latina

Segundo Bielschowsky (2000), os países subdesenvolvidos tinham características próprias que diferenciava dos países desenvolvidos. As economias periféricas abrangem uma estrutura pouco diversificada com modo próprio de industrialização, assim como a forma com que se absorve a força de trabalho.

Na perspectiva de Rodríguez (1981, p. 80), “o subdesenvolvimento é visto como um modo de ser específico de certas economias, que como tal merece um esforço de teorização também específico”. Seguindo a afirmativa, foram feitos vários estudos a partir da realidade e dos problemas existentes em países latino- americanos como já foi dito, a partir do diagnóstico dos estudos da CEPAL.

Sendo assim, a respeito do subdesenvolvimento dos países periféricos, pode ser observado na passagem abaixo:

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob várias formas e em diferentes estágios [...]. Como fenômeno específico que é o subdesenvolvimento requer esforço de teorização autônomo (FURTADO, 2000, p. 56).

Nesse sentido, o subdesenvolvimento, como afirma o autor, não é uma condição necessária dos países, e sim um fenômeno na qual é preciso analisar cada nação individual. Com isso, o pensamento da CEPAL surge com o objetivo de pesquisar as características que o processo de acumulação e o progresso técnico assumem ao se disseminar as técnicas de produção capitalistas nos países subdesenvolvidos.

A discussão teórica do desenvolvimento econômico era pautada na ideia de que o aumento do bem estar social e material estava ligado ao ganho real por habitante uma consequência do incremento da produtividade do trabalho (RODRÍGUEZ, 1981).

Os estudos cepalinos vão tentar mostrar que os problemas dos países da América-Latina deveriam ser analisados de forma diferente dos países desenvolvidos considerando a estrutura e a peculiaridade de cada região e, desse modo, demonstrar e promover as políticas de desenvolvimento. (BIELCHOWSKY, 2000).

Com isso, surge à necessidade de analisar qual a conjuntura econômica que os países latinos americanos tinham em um período anterior a década de 1950. Tendo assim como objetivo entender o processo de atraso econômico e social que se encontrava esses países, e como a CEPAL foi importante para surgir como fonte teórica e influenciar os países subdesenvolvidos através do desenvolvimento do processo de industrialização.

Nessa perspectiva, observa-se que o modelo de crescimento desses países era baseado na exportação de bens primários, especificamente nos recursos naturais e de mão-de-obra barata que a região tinha na época. De acordo com Tavares (1972, p. 221) “o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, dando o caráter eminentemente dependente”.

Portanto, decorrente dessa dependência de acordo com Mello (1990) é sugerido que o problema da industrialização das nações periféricas se deu devido a certa divisão

internacional do trabalho, onde as decisões eram tomadas nos países centrais, fato constatado quando se observa o comportamento da demanda externa.

Sendo assim, como afirma Bielschowsky (2000), o problema do crescimento “para fora” estava relacionado com o quadro da divisão internacional do trabalho social que foi um processo de desenvolvimento imposto para os países subdesenvolvidos diferentes do que ocorria nos centros. Nos países da América Latina continham uma divisão do trabalho tanto em setores externos que eram voltados para a exportação e internos que eram voltados para a demanda doméstica, oposto do que ocorria nos países desenvolvidos que não era necessário ter essa separação da capacidade produtiva.

Mello (1990) acrescenta que as economias periféricas, nessa perspectiva, tornavam-se apenas um prolongamento das decisões econômicas dos países centrais. E nesse modelo de crescimento para fora, as economias latino-americanas continuariam condenadas à miséria.

Logo, o crescimento desses países se tornava mais vulnerável a fatores externos como a diminuição da importação por parte dos países desenvolvidos, exemplo do que ocorreu na crise de 1929, passando a surgir à necessidade nesses países periféricos de procurar meios de diversificar os investimentos e transformar as estruturas econômicas. Dessa maneira, as nações subdesenvolvidas recuperariam o crescimento e é nesse aspecto que o desenvolvimentismo ganha força teórica nos países latino-americanos principalmente com os estudos da CEPAL. Verifica-se que o desenvolvimento tem o propósito de acelerar a industrialização e romper com os paradigmas do subdesenvolvimento.

De acordo com Bielschowsky (2000), Raul Prebisch foi um dos pioneiros e principais pensadores de expressão da teoria cepalina e um dos responsáveis pelo estudo de como funcionava a dinâmica da economia da América Latina, e como deveria ocorrer o planejamento necessário para o crescimento econômico e desfazer do modelo dependente que tinha se instaurado com a economia baseada em exportação de bens primários.

Tendo como sua contribuição de maior destaque a compreensão do processo desenvolvimento/subdesenvolvimento como um só, que ocorreria pela sua correlação com a ideia de centro-periferia. Essa relação de centro-periferia foi utilizada para explicar o processo de propagação do progresso técnico na economia mundial e de que forma os ganhos são distribuídos. (BIELSCHOWSKY, 2000).

Para o entendimento da correlação centro-periferia na teoria da CEPAL, apresenta-se a explicação de Nery:

De acordo com esse paradigma, a dualidade na economia mundial surgiu com a Revolução Industrial no centro, quando as possibilidades de incremento da produtividade dos fatores de produção aumentaram drasticamente. Contudo, a difusão do progresso técnico ocorreu de forma bastante irregular pelo mundo. Enquanto os países centrais internalizavam as novas tecnologias desenvolvendo o setor de bens de capital, o que possibilitou sua difusão pelos outros setores de forma integrada e homogênea, as economias periféricas se tornavam desarticuladas e dualistas. Desarticuladas porque precisavam importar tecnologia avançada do centro; dualista devido à enorme brecha de produtividade que separava o setor exportador do de subsistência (2004, p. 30).

Em função do que foi exposto, em relação aos termos de troca ocorrido nos centros e periferia, segundo Bielschowsky (2000, p. 22) “a transferência de ganhos não ocorre, como, na verdade o que se passa é o oposto: são regiões atrasadas que transferem os ganhos de produtividade para as desenvolvidas”. Ou seja, não ocorre o processo de acumulação.

Dando seguimento ao conceito cepalino, surge a concepção nos anos 1950 de que a industrialização era o meio responsável para os países subdesenvolvidos da América-Latina conseguir superar o atraso econômico. Nesse aspecto, foi apresentado um corpo analítico que respeitava as características históricas de cada país.

Dessa forma, de acordo com Mello (1990, p. 21) “a industrialização aparece como o momento crucial de constituição da Nação, [...] inicia-se uma nova etapa, a do desenvolvimento para dentro”. Dessa maneira, o processo dinâmico das economias latino-americanas mudaria a estrutura do investimento que seria para dentro das nações com o poder da tomada de decisões dos investimentos.

Com isso, a diferença da tomada de decisões em relação ao investimento ocorria devido à disparidade da dinâmica entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Enquanto nos países centrais a demanda era por produtos primários de forma mais lenta e os efeitos não afetavam a renda nacional, os países periféricos demandavam produtos industrializados de forma mais rápida do que o crescimento da renda, ocorrendo dessa maneira déficits no balanço de pagamento.

Para a CEPAL (2000), a expansão industrial traria resultados positivos, mediante a absorção do excedente de mão- de-obra, reduzindo a pressão sobre os salários e preços do setor exportador e por meio da elevação da produtividade e renda resultante de métodos mais eficientes de produção. Na perspectiva de Prebisch:

O crescimento do emprego requerido pelo desenvolvimento industrial pôde efetuar-se, embora não na totalidade dos casos, com a utilização de pessoas

que o progresso da técnica vinha desalojando da produção primária e de outras atividades, especialmente de certos tipos de trabalhos e serviços pessoais de remuneração relativamente baixa, e mediante a utilização do trabalho feminino. O emprego industrial das pessoas desempregadas ou mal empregadas significou, portanto, uma melhoria da produtividade, que se traduziu num aumento líquido da renda nacional, nos casos em que não houve fatores de outra natureza que provocassem uma queda geral da eficácia produtiva (1962, p. 77).

A indústria era o caminho que os governos almejavam para alcançar o desenvolvimento, essa ideia era reforçada pelos países industrializados apresentarem economias com alto nível de qualidade de vida. A ideia era que para alcançar tais objetivos verificam-se algumas fases do modelo de substituição de importações que dependia de uma dinâmica do processo de industrialização (BIELSCHOWSKY, 2000).

Nesse sentido, é importante destacar que a função da indústria em relação ao potencial humano é absorver aquela mão-de-obra que em virtude do progresso técnico já não fazia necessária nas funções primárias da economia. Com isso, o ritmo de crescimento do emprego industrial tinha que se manter em um ritmo cada vez mais forte, em consequência do intenso progresso técnico, como saída para que não gere desemprego na economia (CEPAL, 2000).

Logo de acordo com Furtado (1980), a industrialização com substituição de importações era apontada como foi exposto acima, como o caminho para superar o subdesenvolvimento e dinamizar a economia dos países periféricos. Sendo que o Estado seria o principal responsável para promover e fomentar a atividade industrial e realizar políticas protecionistas como forma de estimular a produção interna e restringir as importações desses países subdesenvolvidos.

A importância do Estado para o desenvolvimento da indústria estava aliado às dificuldades e limitações no fornecimento de melhores equipamentos e máquinas que nesse caso a única forma de resolver era elevar as importações de bens de capital e exportação de produtos primários. Nesse sentido, que o processo de substituição de importação surge como forma de equipar o parque industrial e abastecer o mercado com produtos que antes eram importados dos países desenvolvidos.

De acordo com Bielschowsky (2000, p. 25), “os anos 1950 foram para CEPAL os de auge da criatividade e da capacidade de ousar e influenciar”. Isso ocorreu pelo fato da conjuntura ser favorável e ocorrer a aceitação do modelo de substituição de importações, principalmente por apresentar uma teoria de desenvolvimento distinta dos principais centros e

por encontrar nos projetos de vários governos o ambiente propício para sua divulgação. Naquele momento histórico os países procuravam a retomada do crescimento econômico.

O modelo de substituição de importações inicia-se com a especialização dos bens de consumo finais, indústrias consideradas de pequeno e médio porte. Sendo importante para alcançar tais objetivos medidas protecionistas, e na ideia de que era um resultado da interação dinâmica entre o desequilíbrio externo e as novas demandas por importações.

Rodríguez (1981) argumenta que o desequilíbrio ocorre devido à substituição não acontecer nas três dimensões simultaneamente, ou seja, o processo de substituição exige uma dinâmica do setor de bens finais, intermediários e bens de capital, não ocorrendo acontece a tendência ao desequilíbrio. Esses fatores são característicos da industrialização periférica, nesse sentido, tem a necessidade de diminuir o grau de sua especialização como forma de superar as desproporções e dificuldades da estrutura produtiva.

As dificuldades encontradas na transição do processo para efetivar o desenvolvimento é a falta de indústrias de base de bens intermediários e de capital com que a própria substituição gere enormes demandas por importações. A CEPAL ciente das dificuldades encontradas no modelo nos anos 1960 publica várias críticas à industrialização através da substituição de importações (NERY, 2004).

Assim, chega a um período que a estratégia de industrialização com processo substitutivo de importação chega ao fim na década de 1960 ao mesmo tempo em que a industrialização continuava como tendência para um crescimento e desenvolvimento das regiões atrasadas. No que se refere à conjuntura da industrialização, a respeito desse período Bielschowsky traz a seguinte questão para a discussão:

O processo de industrialização continuava a impor-se como tendência histórica, mas a urbanização correspondente fazia-se com crescente empobrecimento e favelização, evidenciando a incapacidade de absorção da força de trabalho proveniente da zona rural por atividades produtivas modernas e estendendo com grande visibilidade a pobreza rural aos centros urbanos (2000, p. 37).

Como observado até aqui, a estratégia de substituição de importações não obteve o sucesso esperado em longo prazo e não conseguiu superar o subdesenvolvimento dos países da América Latina. Mantendo o aspecto de empobrecimento da população e do surgimento das favelas nos centros urbanos, efeito da falta de capacidade de absorver a força de trabalho

excedente, foi necessária uma reorientação na perspectiva da teoria da CEPAL na tentativa de se adaptar as novas exigências.

Com o agravamento da crise nos anos 1960 que deixava em desequilíbrio o balanço de pagamento, com aumento da inflação e déficit público, Rodriguez ressalta um período de fortes medidas ortodoxas na América- Latina, conforme é explicado a seguir.

Também em conexão com esses desequilíbrios, na primeira metade dos anos 1960, as altas taxas de crescimento industrial alcançadas na década anterior reduziram-se à metade. Desse freio ao impulso da industrialização, coadjuvado em diversos países por medidas ortodoxas de controle da demanda [...] generaliza-se o temor, e também a opinião, de que se está diante da emergência de fenômeno de longo prazo: o estancamento industrial e produtivo (RODRÍGUEZ, 1981, p. 190).

A CEPAL reconhece que nesse período ocorreram erros de conduta de política comercial e industrial, desse entendimento criou a necessidade de estudos para enfrentar os problemas existentes de dependência, surgindo à orientação da expansão das exportações industriais, reforma agrária e a redistribuição de renda, e uma maneira mais justa de desenvolvimento, era como buscava o pensamento cepalino se adaptar a mudança da conjuntura econômica (BIELSCHOWSKY, 2000).

É importante destacar que a CEPAL sofreu com críticas nas suas concepções, principalmente devido à conjuntura da época em que vários países estavam sofrendo golpes militares que dificultava as propostas reformistas. Nesse sentido, Fonseca (2003) traz algumas críticas que foram voltadas para o modelo de substituição de importações como pode-se observar a seguir:

A teoria do bolo: esta afirma que é preciso crescer o bolo para depois distribuir, e foi largamente utilizada, implícita ou explicitamente, pelas equipes econômicas dos governos militares como forma de criticar tanto as políticas salariais consideradas populistas dos governos anteriores a 1964. [...]

A teoria da dependência: criticaram os economistas cepalino por subestimar as variáveis políticas em suas análises, como as classes sociais e suas relações com o Estado. [...] A teoria da dependência chamava atenção para as forças internas como condicionantes do processo histórico que, com vínculos ao exterior, estabelecem elos de dependência e associação.

A crítica à razão dualista: deve-se fundamentalmente a Francisco de Oliveira (1981) que em uma perspectiva marxista, critica as teorias do subdesenvolvimento cepalinas por ignorarem as determinações do modo de produção capitalista na formação do capitalismo periférico; [...] (FONSECA, 2003, p. 29).

Nesse sentido as principais críticas às concepções disseminadas pela CEPAL, segundo Fonseca (2003), foram por não terem sido consideradas no processo de análise da industrialização as classes sociais e sua relação com o Estado, bem como o modo de produção capitalista na formação do capitalismo periférico.

Com o aumento do financiamento externo e a constante discussão a respeito do desequilíbrio externo surge a intenção de reimplantar os princípios liberais das relações econômicas nacionais e internacionais. Nesse sentido, a orientação que se tinha na época era no aumento da participação do comércio exterior configurando em uma mudança no dinamismo das economias e dos países latino-americanos (CEPAL, 2000).

Dessa forma, na década de 1970 marca o início do aumento das dificuldades financeiras com a falta de recursos externos para financiar a industrialização e o aumento do endividamento das economias da América Latina. Com essa conjuntura histórica e econômica que a posição política do Fundo Monetário Internacional (FMI)¹ surge como uma das principais influências das economias desses países, com políticas de ajustes recessivos para recuperar o crescimento, logo, as teorias da CEPAL perdem força e o processo de industrialização fica em segundo plano. Vale destacar a análise feita por Nery a seguir:

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo continente nas árduas negociações da dívida externa, tinha-se a ilusão de que, superado este problema, a região reencontraria o caminho do crescimento. Entretanto, as profundas mudanças no sistema financeiro internacional impossibilitaram o surgimento de formas de financiamento compatíveis com as necessidades dos países latino-americanos (2004, p. 64).

A situação da conjuntura econômica dos países periféricos nos anos 1980 levou de acordo com Rodríguez (2009, p. 494), a CEPAL utilizar a expressão “década perdida” fazendo uma referência ao mercado retrocesso que caracterizou o desenvolvimento latino-americano e aos diversos traços negativos que define o desempenho econômico do período.

O pensamento cepalino na década de 1990 numa tentativa de superar o período de crise dos anos anteriores se caracteriza em uma segunda etapa da sua história que ficou conhecido como neo-estruturalismo, mudando algumas bases de sua teoria para se adaptar a fatores decorrentes dos fracassos sociais e das políticas econômicas que eram aplicadas na América Latina. Procurando se posicionar no cenário mundial e na nova conjuntura, a CEPAL

¹ O fundo Monetário Internacional foi criado na conferência de Bretton Woods (1944) com a função de garantir a estabilidade das taxas de câmbio e assistir os países com problemas de balanço de pagamento através de acesso a fundos especiais.

surge com a proposta de transformação das estruturas produtivas com progressiva equidade social.

A transformação produtiva com equidade propõe atualizar o conceito de desenvolvimento, que procura crescimento com melhor distribuição de renda, sendo que os programas de ajustes recaíram sobre os trabalhadores e a degradação na qualidade de empregos com consequente e rápido crescimento do trabalho informal (NERY, 2002).

Segundo Bielschowsky (2000), essa segunda etapa do pensamento cepalino era pautada em uma nova forma de atuação do Estado, com a indústria permanecendo como eixo da transformação produtiva, agora com uma articulação com atividades primárias e de serviços. Aliado a essas mudanças ainda propõe uma maior abertura da economia, como forma de introduzir o progresso técnico e o aumento da produtividade.

Nesse sentido, a trajetória do pensamento da CEPAL, está traçado na busca de solucionar os problemas das economias e das sociedades dos países latino-americanos buscando o desenvolvimento através da industrialização e elaborar políticas que diminua a diferença para os países dos centros.

De modo geral, pode se destacar que a CEPAL da sua existência até os dias atuais buscou se adaptar com as mudanças históricas das conjunturas econômicas dos países periféricos. Encontrando em países como o Brasil a conjuntura econômica ideal nos anos 1950 para que fossem implantadas as ideias da CEPAL e servisse de influência para o desenvolvimento da indústria no país, o que será exposto a seguir.

1.2 Industrialização no Brasil e a influência da CEPAL

Na seção anterior verificou-se o panorama geral do surgimento da CEPAL e o comportamento da instituição no decorrer do tempo na tentativa de se adaptar ao novo cenário político, social e econômico da América Latina. Essa seção tem como objetivo demonstrar o papel histórico de desenvolvimento da economia brasileira a partir da industrialização e da influência e orientação da CEPAL.

De acordo com Tavares (2010), no Brasil, assim como outros países latino-americanos, tinha-se uma estrutura econômica baseada até o início do século XX basicamente caracterizada em um modelo primário- exportador. Um sistema que se mostrou vulnerável às crises econômicas dos países responsáveis pela importação dos produtos primários e aos efeitos das constantes flutuações nos preços internacionais desses produtos.

Segundo a autora, na depressão de 1929, e após a segunda guerra mundial, o Brasil, diferente da maioria dos países da região, tinha condições mais favoráveis economicamente, pois detinha um mercado interno bastante amplo, e, mesmo com uma estrutura industrial principiante, basicamente voltada para os efeitos do modelo primário-exportador, conseguia gerar na economia uma relativa diversificação.

Entretanto, de acordo com Furtado (2005), com a crise do produto principal da época, o café, que foi mantido no período de crise através dos planos de defesa feitos pelo governo, demandou muito investimento. Desse modo, essa proteção do Estado gerou um alto custo para o país e para o seu balanço de pagamento que determinou a decadência da cafeicultura.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a busca por uma dinâmica do Brasil através de políticas no intuito de manter a acumulação de estoque, sofreu consequências econômicas que combinadas ao encarecimento das importações geraram a necessidade de mudanças na estrutura econômica do país, por uma ascensão da produção industrial.

Para isso, na perspectiva de Mello (1990, p. 99) vale destacar que “a economia cafeeira capitalista cria as condições básicas ao nascimento do capital industrial”. Nesse sentido, o Brasil tinha os moldes necessários para efetivar a transição da conjuntura econômica industrial, e consolidar a transferência do capital para a indústria, assim como corrobora a afirmação de Fonseca a seguir:

Evidencia-se, que a crise da agroexportação induz ao crescimento industrial por forçar o governo a adotar políticas voltadas a resolver problemas em próprio âmbito, como os déficits públicos e do balanço de pagamento. Para tanto, atua em variáveis básicas, como as taxas de câmbio, de juros e de impostos, contribuindo para incentivar a industrialização (2003, p. 3).

Embora a origem da indústria brasileira remete-se as últimas décadas do século XIX, foi na década de 1930 que o crescimento industrial ganhou incentivo e diversificação, iniciando o processo de importações de substituição (PSI)². E no Brasil esse processo teve relevância como o responsável pela dinâmica da economia (FONSECA, 2003).

Dessa forma, é importante destacar o papel dos 15 anos do governo federal de Vargas com políticas econômicas intervencionistas, que ficaram marcados por realizações em prol do desenvolvimento industrial. Nesse período foram criadas algumas instituições com o

² O processo de Substituição de Importações entende-se por substituição de importações simplesmente o fato de o país começar a produzir internamente o que antes importava (FONSECA, 2003)

intuito de fomentar as atividades industriais, como por exemplo, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), dentre outros.

No intuito de promover o desenvolvimento industrial expandiu-se o crédito, criando a Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e fez reformas trabalhistas. O governo Vargas ficou caracterizado pela forte atuação do Estado.

(...) destaca-se sem dúvida, a construção da siderúrgica de Volta Redonda, tornando-se um marco simbólico desta época, pois inaugurou a forte presença estatal na produção de insumos básicos, fato que seria uma das mais relevantes características do PSI brasileiro (FONSECA, 2003, p.40).

A expansão industrial no Brasil estava voltada para atender a demanda dos países centrais por bens primários, deixando o país vulnerável às crises e com constantes desequilíbrios econômicos, uma característica dependente do comportamento externo, como já foi dito. No segundo governo Vargas, em 1951, surge com a reafirmação do projeto industrializante.

Foi implantado no governo Vargas um plano de cooperação com os Estados Unidos no intuito de fazer um diagnóstico da economia brasileira com técnicos dos dois países. Nessa comissão mista Brasil-EUA participaram técnicos ligados a CEPAL, que deu continuidade à fabricação nacional de produtos industrializados retomando assim, seu papel na política de industrialização substitutiva de importação (FONSECA, 2003).

Neste período teve lugar a instalação de algumas indústrias dinâmicas como a automobilística, de construção naval, de material elétrico pesado e outras indústrias mecânicas de bens de capital. (...) Esta considerável expansão e diversificação industrial foi estimulada através de incentivos e subsídios de várias naturezas (TAVARES, 2010, p. 81).

Nesse sentido, complementa a autora Tavares que o PSI se manteve acelerado nesse período, porém, ao custo de pressões inflacionárias e do aumento dos desequilíbrios regionais. Dessa forma, além do custo do processo ser relativamente alto foi pautada na concentração industrial em regiões mais desenvolvidas do país agravando os problemas econômicos, políticos e sociais do Brasil em diversas regiões (TAVARES, 2010).

O governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, tinha como proposta intensificar o processo de substituição de importação na economia brasileira, e ampliar a infraestrutura do país para o desenvolvimento da indústria. Para alcançar tais objetivos

formulou o Plano de Metas, que foi um plano feito através dos estudos elaborados pelo BNDE, e também dos estudos da CEPAL.

Como afirma Souza (2008), o Plano de Metas tinha como objetivo realizar investimentos estatais em infraestrutura, incentivar o capital privado no desenvolvimento e produção de bens de capital, como máquinas, equipamentos, e incentivar também a produção de bens de consumo duráveis e alimentos.

Nesse período, como forma de estratégia do crescimento, foi criado em 1952 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)³ no Brasil, com o objetivo principal de financiar a estrutura industrial e a infraestrutura do país. A criação do BNDE foi um importante passo do Governo para apoiar o elevado crescimento da produção industrial.

Tendo em vista tais acontecimentos de acordo com Colistete (2001), a influência da CEPAL alcançou o auge durante os anos 1950 e 1960. O autor complementa que o sucesso ocorreu por ter nas ideias cepalinas às propostas de política econômica baseadas na realidade das dificuldades de cada país e encontrar no Brasil um período em que a industrialização esteve no centro dos debates e das decisões econômicas.

É importante destacar que o desenvolvimento da indústria no Brasil manteve o papel da desigualdade na formação econômica e social, concentrando a atividade industrial na região sudeste do país, levando a um processo migratório da população em busca de trabalho nos centros urbanos industrializados (ARAUJO; LIMA, 2010).

Dessa forma, levando em consideração os problemas estruturais do país e a forte concentração que ocorreu no processo de industrialização, é importante destacar a diferença do atraso econômico histórico e estrutural do Nordeste.

Nesse sentido, destaca-se também o papel importante que a teoria da CEPAL teve em influenciar o Nordeste na tentativa de dinamizar a economia da região em um período que mesmo com o processo de industrialização no Brasil em alta, se manteve o aspecto histórico desigual de atraso social e econômico das regiões.

Nessa perspectiva, foi criado em 1957, o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que tinha como finalidade fazer um diagnóstico a respeito dos entraves ao desenvolvimento da região e realizar propostas e ações para superar o atraso e entraves que dificultava o processo de industrialização, tendo à frente do projeto, Celso Furtado um dos grandes influenciadores do pensamento cepalino (OLIVEIRA, 2016).

³ Hoje Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De acordo com Buarque (1987), a partir da elaboração teórica do subdesenvolvimento, a CEPAL inspirou a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁴, e como tal influência trouxe para o Nordeste uma política de desenvolvimento regional, voltada para ações concretas, com o objetivo de conseguir superar o atraso e a miséria da região.

A industrialização, assim como foi visto na orientação da CEPAL para a América Latina e a influência no âmbito geral da política do Governo Federal brasileiro, também foi vista no período como o caminho de maior relevância para superação do atraso social do nordeste em relação a outras regiões do país, assim como pode ser observado a seguir:

(...) A política de industrialização visa ao tríplice objetivo de dar emprego a essa massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas que atualmente tendem a emigrar (GTDN, 1962, apud, BUARQUE, 1987, p. 63 -64).

Buarque (1988) vai destacar a relação teórica entre a SUDENE e a CEPAL, principalmente no que se refere ao processo de industrialização como fonte para superar e substituir o modelo do setor exportador que não tinha impulso para possibilitar uma expansão contínua da região.

A respeito dessa transformação da configuração histórica e estrutural do Nordeste, evidencia que o dinamismo que se instalou e repercutiu na economia, em um primeiro momento como efeito dessa política ocorreu a expansão do produto regional, que chegou a ter crescimento superior à da economia brasileira como um todo, logo ocorreu um efeito positivo na participação do investimento na renda interna e aumento da acumulação (ARAÚJO; SOUZA; LIMA, 1997).

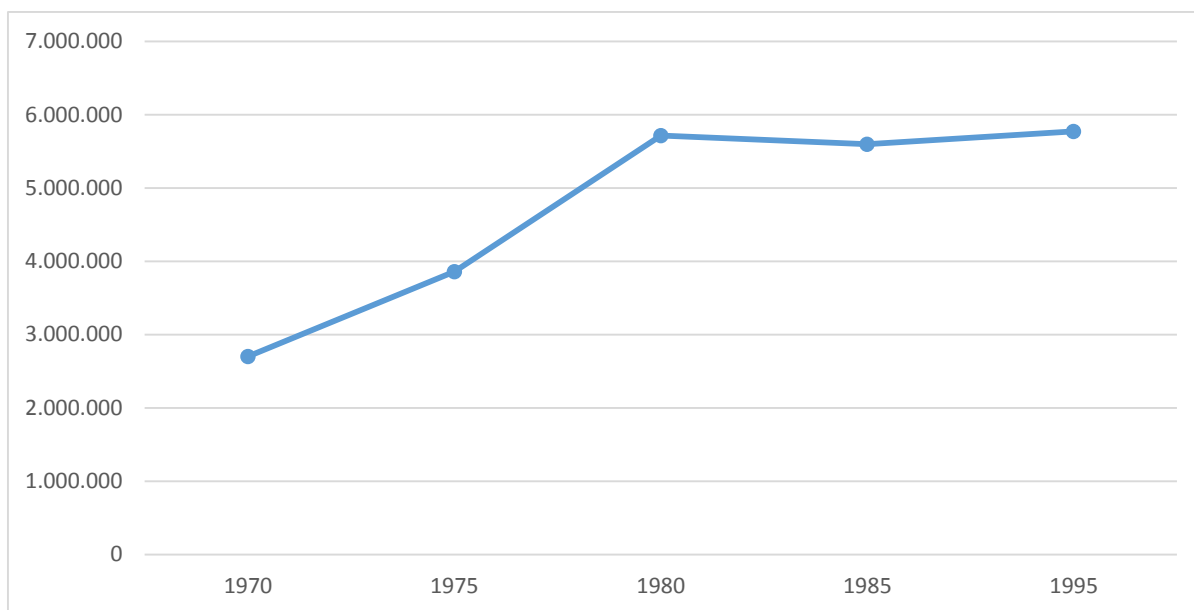
Com a alteração da estrutura produtiva, os novos postos de trabalho trouxe redução da mão-de-obra em subsectores da indústria que predominava antes do processo de industrialização. No entanto, houve a expansão do emprego nas atividades industriais no mercado de trabalho ao custo de uma maior exigência educacional, assim verifica-se no gráfico 1 a evolução do pessoal ocupado do Brasil.

Como pode ser observado no gráfico 1, durante a década de 1970 à 1980 a economia brasileira apresentou uma elevação 112% no pessoal ocupado do setor da indústria,

⁴ A SUDENE foi criada em 1959 como uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República. Resulta da necessidade de desenvolver economicamente a região do Nordeste, a partir da percepção de que, com o processo de industrialização, crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. (BUARQUE, 1987)

comprovando com o que foi discutido que foi o período de maior crescimento da indústria. No entanto, esse crescimento do pessoal ocupado a partir da década de 1980 se mantém estagnado sem aumento significativo como pode ser observado até os anos de 1995.

Gráfico 1 – Evolução do pessoal ocupado na indústria do Brasil 1970-1995



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA data, (2018).

Na década de 1970, com o choque do petróleo, e a alta internacional dos juros, concretiza uma nova mudança na conjuntura internacional, que trouxe efeitos para a economia do Brasil, principalmente com a retirada de capitais investidos na periferia por países centrais. A CEPAL focalizou os estudos na tentativa de mostrar o caminho para reagir à economia do país frente à crise do endividamento, orientando que deveria continuar buscando desenvolvimento através do aumento da exportação e da continuidade do PSI (SOUSA; COSTA, 2014).

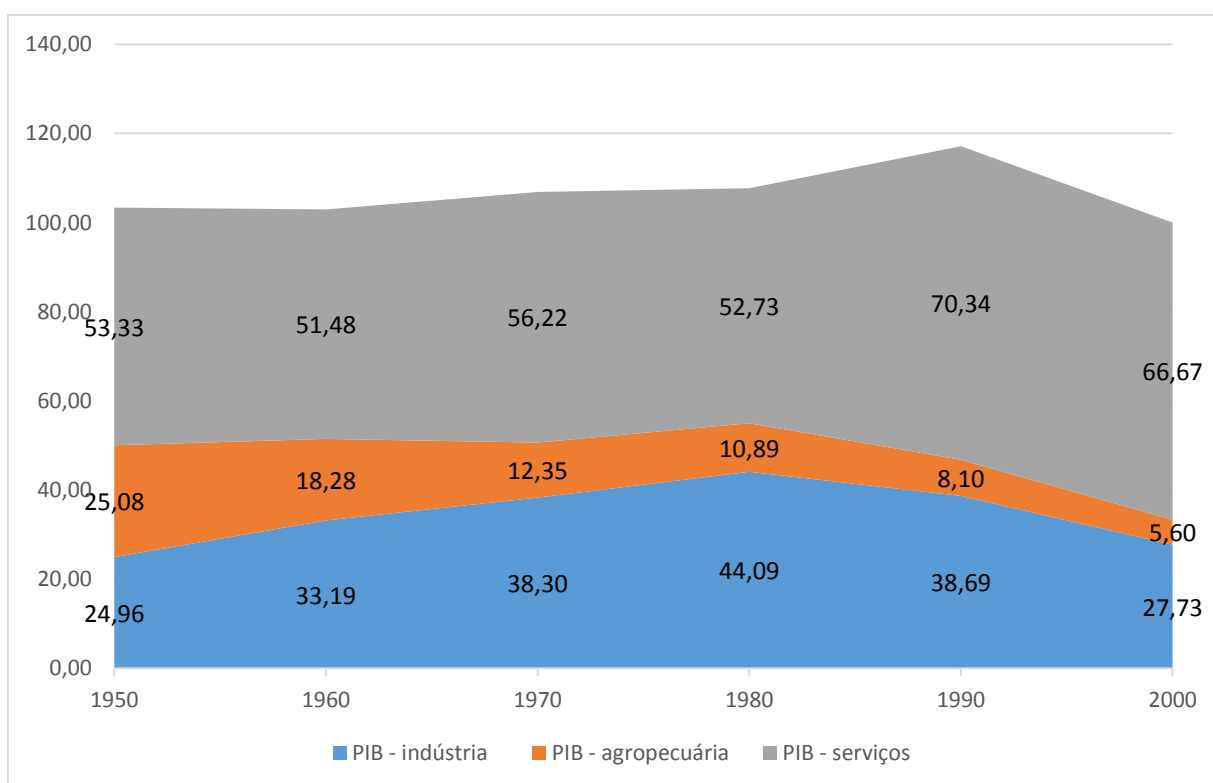
Com a interrupção repentina das fontes de financiamento externas e a mudança política aliada à incapacidade do Governo em gerar fontes alternativas de poupança, levou o país a entrar numa crise profunda que diminuiu o crescimento da economia e a ruptura com o processo de desenvolvimento a partir da indústria (ARAÚJO; SOUZA; LIMA, 1997).

Segundo Sousa e Costa (2014, p. 171), a respeito do diagnóstico e a orientação da CEPAL para enfrentar a crise do endividamento do Brasil, defendia que “a forma correta de ajustar é pela via do investimento, do crescimento e da diversificação das exportações”. Ou seja, esse período ficou marcado com a teoria cepalina perdendo força e a volta dos paradigmas liberais sendo aplicados no país, a CEPAL buscava se posicionar a respeito da nova conjuntura, assim como foi no âmbito geral da América-Latina.

A partir de 1980, essa ideologia perdeu a capacidade de influenciar que havia tido nas décadas prévias. A perda foi o reflexo, no plano ideológico, da evolução econômica, em particular da aceleração inflacionária, da profunda e prolongada crise externa e fiscal, do conseqüente enfraquecimento do Estado desenvolvimentista e da conseqüente estagnação. A instabilidade macroeconômica e a fragilização da máquina estatal dedicada às tarefas desenvolvimentistas impediram que eventuais projetos de desenvolvimento prosperassem e inibiram a reflexão sobre desenvolvimento econômico (BIELSCHOWSKY, 2012, p.733).

Em síntese, a economia do Brasil passou por várias mudanças na dinâmica da estrutura econômica e gerou a partir de 1950 um período de intenso crescimento da economia brasileira. No entanto, esse crescimento industrial desacelerou no início dos anos 1980, levando o país a sofrer com grave crise inflacionária e de desequilíbrio do balanço de pagamento, logo, teve como conseqüência o bloqueio dos investimentos no processo de industrialização.

Gráfico 2 – Composição do PIB por Participação no Valor Agregado a preços básicos no Brasil período 1950-2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA data, (2018).

O gráfico 2 confirma o que já foi dito até aqui que na década de 1950, a indústria que correspondia com 24,96% do valor agregado chega em 1980 com a participação de 44,09%,

porém, devido à crise enfrentada pelo país e as mudanças de políticas voltadas para o setor industrial do governo federal, ou seja, com isso, o setor industrial perde força e desacelera nas décadas seguintes chegando no ano de 2000 ao patamar de 28,07% de participação. Uma desaceleração, comparado com o crescimento que foi até o ano de 1980.

Segundo Pessoti e Pessoti (2010), o Brasil atravessou, em 1982, um período de turbulência que desencadeou a sua crise da dívida. Esse processo foi provocado pela elevação das taxas de juros internacionais que criou obstáculos nos pagamentos dos empréstimos em dólar, como consequência houve a interrupção do financiamento externo e expressiva contração da poupança interna, disseminando o quadro recessivo da década 1980.

Nessa perspectiva, já na década 1990, a CEPAL surge com uma nova proposta de “transformação produtiva com equidade”. Que segundo Bielschowsky (2000) tinha como objetivo uma nova forma de atuação do Estado, na tentativa de buscar maior competitividade, porém, essa abordagem era uma forma de se adaptar para as constantes mudanças macroeconômicas dos países da periferia, assim como ocorria no Brasil.

De modo geral, de acordo com Sousa; Costa (2014), a partir da década de 1990 o Governo Federal perde o seu papel estratégico de promotor do desenvolvimento, passando a atuar como coadjuvante das forças de mercado e com uma conjuntura de desorganização das finanças públicas e elevada inflação.

É importante destacar também os fortes desequilíbrios regionais que o Brasil tinha em seu território que influenciou o processo de industrialização, principalmente os investimentos direcionados, nesse sentido, será analisado na próxima seção esse aspecto da economia brasileira.

1.3 Desequilíbrios Regionais

O Brasil é um país de dimensões continentais e marcado por uma formação econômica cuja marca é o aprofundamento dos desequilíbrios regionais, com uma estrutura industrial ainda bastante concentrada no centro-sul, sobretudo no estado de São Paulo, exemplo da heterogeneidade dos estados. Nesse sentido, é importante o reconhecimento da dimensão interna da economia brasileira, sendo considerada uma periferia no âmbito mundial. É fundamental para se assimilar que a desigualdade social no interior do espaço brasileiro é um traço comum às diversas regiões (ARAÚJO; LIMA, 2007).

De acordo com Cano (1985), a proposta de que a industrialização é a solução do problema do desenvolvimento e das disparidades regionais, tem que levar em consideração que em vários países industrializados contaram com uma expressiva agricultura antes desse processo. Nesse ponto de vista, foi o que ocorreu com São Paulo, que diversificou sua agricultura comercial produtora de alimentos dando suporte ao seu desenvolvimento industrial, concentrando grande parte da indústria brasileira.

Nessa perspectiva, como afirma Cano (1985), a industrialização paulista não foi formada com uma situação agrária e agrícola atrasada, ao contrário teve neste setor o seu principal sustento, diferente do desenvolvimento ocorrido no restante do país. No que se refere ao emprego, o autor assegura que não foi a indústria, como setor diretamente produtivo, mas sim a industrialização em sentido amplo, com seus desdobramentos no setor terciário funcional e moderno, que garantiu e ampliou o mercado de trabalho urbano. Cano (1985) ainda acrescenta:

A nível regional, a indústria brasileira era relativamente descentralizada até finais do século XIX. Várias são as razões que explicam o fenômeno. Os complexos regionais eram poucos integrados, tendo cada região sua “própria” economia. [...] Esse fato era reforçado pela quase ausência de meios ágeis de comunicação terrestre entre as várias regiões. [...] Isto fez com que, pelo menos até 1929, as indústrias mais expressivas de cada região pudessem existir sem maior competição. Dessa forma, registrar-se-ia a presença de indústrias de grande porte nas várias regiões do país, protegidas pela barreira da distância, que mostram claramente uma precoce concentração a nível de empresas no país (p. 63-64).

Nesse sentido, devido às barreiras da distância e da comunicação existentes entre as regiões que dificultava a concorrência entre as regiões, facilitando com isso, o destaque que teve São Paulo nos anos 1920 que significou um avanço na estrutura da sua indústria, constituindo um amplo mercado de trabalho em relação às demais regiões. A economia seria reforçada com passar dos anos com o fluxo de imigração nordestina e mineira ampliando ainda mais as condições para a expansão da economia paulista, com oferta abundante de mão-de-obra, como afirma Fonseca a seguir:

A imigração colaborou para que pudesse se configurar plenamente um processo de substituição de importações no Brasil não só pelo lado do capital, mas também do trabalho, ao trazer grande massa de homens desprovidos de propriedade, aptos e dispostos ao trabalho assalariado. Há de assinalar a dificuldade para que a massa de escravos ou dos brancos pobres da sociedade escravista se constituísse em mercado de trabalho, portando-se

como homens livres em busca de um emprego em troca de salário (2003, p. 12).

Enquanto São Paulo avançava principalmente pelo fluxo de imigração e fluxo de mão-de-obra como afirmou Fonseca (2003), é importante destacar as condições em que funcionavam as economias da periferia nacional, que crescia de forma moderada com destaque para Minas Gerais que tinha uma maior integração com a economia paulista. A Amazônia atravessava crítico período de estagnação e o Extremo Sul expandia a sua agricultura, sem apresentar grande desempenho industrial. Cano (1985) apresenta um panorama geral das regiões e principais estados a seguir:

No Extremo-Sul suas bases principais eram a pecuária, a economia camponesa e a pequena e média indústria; na região Norte, a base da economia do aviação da borracha entrara em crise desde 1912 e embora ressurgisse durante curto período da Segunda Guerra, sua estrutura econômica e social pouco evoluíra. O antigo estado do Rio de Janeiro continuava a sofrer os percalços de uma débil agricultura e de uma decadente cafeicultura. A região Centro-Oeste continuava a ser o segundo grande vazio nacional, depois da Amazônia; Minas Gerais parece ter sido a região que melhor se integrou com o pólo, tanto em termos de sua agricultura como de sua indústria, com destaque para a metalúrgica. Lembremos que o Paraná, na década de 1930, apenas iniciava sua colonização e só teria maior destaque a partir da década de 1950 (CANO, 1985, p. 195).

A contribuição do autor vale ser destacada, pelo fato de que, se faz necessário resgatar os processos diferenciais de cada região e constatando os desequilíbrios econômicos e a falta de integração do país. Nesse sentido, é importante ressaltar o caso nordestino que enfrentava fortes secas e problemas sociais que apresenta características e circunstâncias específicas das demais regiões.

De acordo com Cano (1985), o Nordeste passava por uma agricultura atrasada e pouco diversificada, com concentração da propriedade fundiária, a indústria tinha baixa produtividade e pouca diversificação. Com isso, limitava as margens de lucro de sua indústria e agricultura, impondo estreitos limites à acumulação de capital industrial e dificultando à renovação e reequipamento de sua indústria.

A região do Nordeste comparada com a paulista, na passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado havia se estabelecido em bases frágeis. O desenvolvimento do Nordeste passou por duas fases: a primeira no início da década do século XX de relativo isolamento regional, recorrentes e prolongadas crises do setor primário-exportador, e a partir

da década de 1940 há uma crescente articulação regional com o Sudeste do país com incentivos e uma política de desenvolvimento centrada na ampliação e na consolidação da atividade industrial que propícia uma fase de dinamismo na economia (ARAÚJO, SOUZA; LIMA, 1997).

De acordo com Cano (1985), a partir de 1956 com os investimentos privados e incentivos fiscais públicos para a implantação da indústria de bens de consumo duráveis no país, modifica-se o padrão de dominação do mercado nacional. Com isso, reforça a concentração industrial em São Paulo e regiões vizinhas por ser o centro dinâmico da economia nacional, gerando novos efeitos de bloqueio à periferia nacional, com isso, a respeito dos problemas regionais, pode-se verificar na afirmação de Cano (1985) a seguir:

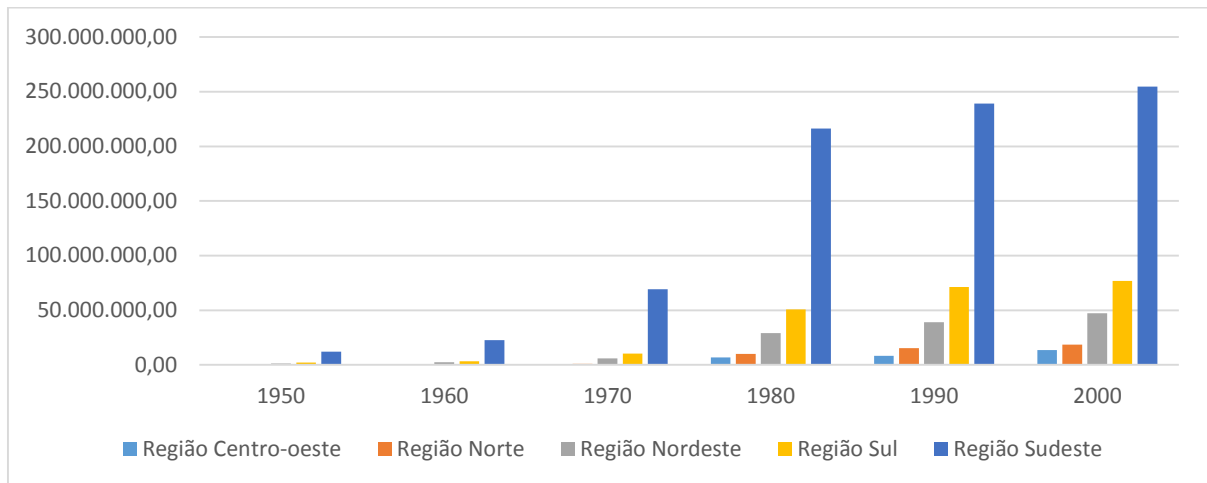
A problemática dos desequilíbrios regionais do país decorreu, em última instância, do próprio processo histórico de desenvolvimento de cada região. Após a “crise de 29” esses desequilíbrios seriam acentuados, por força dos diferenciais de ritmos de crescimento entre a economia de São Paulo e as demais regiões, estas agravadas pela debilidade de desenvolvimento de relações capitalistas de produção (CANO, 1985, p. 300 -301).

Nesse sentido, aumenta também os fluxos migratórios inter-regionais, os motivos, assim como afirma Cano (1985, p. 311), são problemas conhecidos como a “miséria, dos baixos salários, da escassa oportunidade cultural, do baixo nível de vida vigentes nas regiões periféricas”. No entanto, segundo o autor, não se pode dizer que não houve desenvolvimento na periferia nacional, ocorreu, porém, a passos mais curtos e demorados.

A região do Nordeste com esse cenário agrava o problema da concentração de renda, bem como a pobreza e a desigualdade da região, como afirma Pellegrino (2005, p.80), “[...] as históricas disparidades socioeconômicas entre Nordeste e Sudeste seriam fortalecidas, gerando na região Nordeste, uma espécie de subdesenvolvimento do subdesenvolvimento da fase de plena industrialização nacional”.

Observa-se que a industrialização como meio de interatividade entre a região do Nordeste e Centro-Sul, não foram capazes de produzir as alterações necessárias esperadas ao desenvolvimento nordestino, agravando a tendência à pobreza. O Nordeste estaria absorvendo e reproduzindo valores culturais, padrões de produção e comportamento de consumo que surgirão em outro contexto econômico sem levar em consideração as necessidades da região (PELLEGRINO, 2005).

Gráfico 3 – Participação da Indústria no PIB das regiões da federação no período 1950-2000

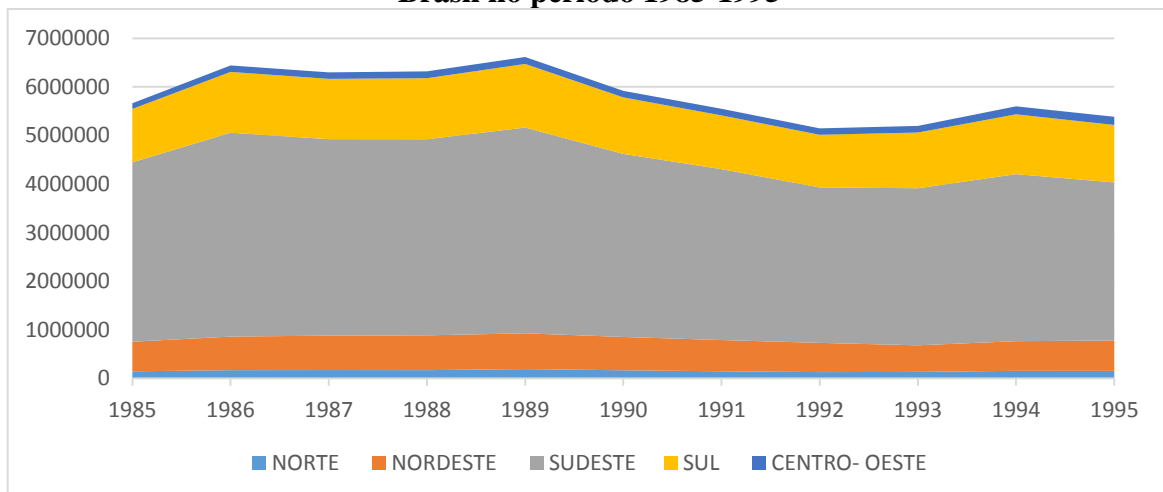


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA data, (2018).

Como pode ser observado no gráfico 3 a participação da indústria na composição do PIB do Brasil, tem como destaque a atuação das indústrias da região Sudeste confirmando o caráter centralizador que se desenvolveu a industrialização brasileira, seguida da região Sul. A terceira região com maior participação é a região do Nordeste.

Outra variável importante é a respeito do desequilíbrio existente no emprego industrial, assim como pode-se observar que os investimentos industriais estão concentrados e impactou diretamente na participação do Produto Interno Bruto do Brasil, em uma determinada região a Sudeste do país, o gráfico 4 apresenta a participação do emprego industrial nas regiões no intuito de verificar se essa concentração impactou no emprego gerado.

Gráfico 4– Evolução da participação da indústria no emprego formal nas regiões do Brasil no período 1985-1995



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS, (2018).

Nesse sentido, o gráfico 4 mostra o emprego industrial formal e os desequilíbrios das regiões, mostrando a maior concentração no sudeste devido ao maior investimento e pelo aspecto centralizador que desenvolveu a indústria. Pode-se observar também, que a partir de 1989 a indústria diminui sua participação no total do emprego formal, o que pode-se explicar pelo período de crise que o país passou no período e a mudança de políticas voltadas para industrialização.

Sendo assim, foi apresentado neste tópico a abordagem do desequilíbrio econômico das diferentes regiões do Brasil. Dessa forma, no próximo capítulo deste trabalho aprofundará sua pesquisa no âmbito do processo de industrialização na Bahia. Atentando-se a investigação de como ocorreu a industrialização do setor industrial no Estado e o papel condicionante para geração de emprego formal urbano.

2 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA

Com o objetivo de organizar as ideias, optou-se por segmentar esta seção em três partes. Na primeira subseção busca analisar até a década de 1950 como estava o processo de industrialização da Bahia mesmo tendo uma estrutura voltada para bens primários, e com uma economia caracterizada por ser agrária exportadora, conseguiu destaque no setor industrial no âmbito nacional, porém, entrou no período de estagnação que ficou conhecido por enigma baiano.

A segunda subseção, por sua vez, investiga as origens de como ocorreu à mudança estrutural da economia baiana com a expansão industrial, principalmente por bens intermediários, e pôr fim na terceira subseção analisar a política industrial do Estado na busca por atração de empresas na tentativa de desconcentrar a industrialização da Bahia.

2.1 Industrialização da Bahia até 1950

O Estado da Bahia teve Salvador como a primeira capital do Brasil, fundada pelos portugueses em 1549. A economia tinha como principal característica herdada da colonização portuguesa que implantou e desenvolveu no Estado que foi a de ser uma economia voltada para o mercado externo a partir de bens primários.

De acordo com Almeida (1977) o Estado da Bahia é formado por um território extenso e com relativa diversidade climática, tendo como destaque o semiárido. Com isso, aproveitando desse ambiente o Estado teve como principais produtos de exportação durante o século XVI, XVII, XVIII voltado para produção de *commodities*⁵ como açúcar, fumo, cacau e algodão processo que vai até o início do século XX. A respeito desse período Cavalcante faz a seguinte afirmação:

Até o início do século XX, a Bahia havia tido uma sequência de ciclos agrícolas tradicionais, com destaque para as culturas de cana-de-açúcar, fumo, fibras e cacau, mais ou menos ordenados cronologicamente em termos de sua importância relativa na economia do estado, embora, naturalmente, a predominância de uma atividade não eliminasse as demais (2008, p. 71).

⁵ Commodities é o termo que significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial.

De acordo com Silva (2013), a economia baiana é marcada por sucessivos ciclos de longa e média duração que, a um só tempo, elucidam as alternâncias de avanços e de crises oriundas do desempenho das atividades agroindustriais mais importantes ligadas ao comércio exterior. Com isso, os produtos primários exportados constituíram a base da economia da Bahia.

Como menciona Silva (2013), a Bahia, mesmo apresentando ciclos de descenso e subida de sua economia comercial e agroexportadora, apresentava-se como um espaço de grande potencial industrial. A indústria na visão da estrutura produtiva assumia decididamente um lugar destacado na geração da renda interna e do emprego.

Segundo Almeida (2009), de 1891 a 1925 no campo industrial teve destaque para a agroindústria do açúcar e as fábricas de tecidos como os segmentos de maior vigor da economia urbano-industrial, juntamente com o comércio e com os exportáveis agrícolas. Em um universo em que havia dezenas de fábricas de chapéus, velas de cera, cigarros, charutos, calçados que não passavam de pequenas e médias oficinas artesanais.

Para Andrade (2000), a Bahia se destaca e lidera o processo industrial brasileiro, chegando ao seu auge em 1885 e constatava com uma grande diversificação nos ramos da atividade produtiva em geral. No entanto, o setor industrial baiano, estava sob o controle dos comerciantes e dependentes do capital agrícola, e em alguns casos do capital estrangeiro, a indústria com o tempo vai cedendo sua liderança para a indústria do Centro-Sul.

É importante destacar o processo que estava em vigor da transição das relações escravistas para novas relações recriadas pelo capital comercial para compatibilizar as condições de produção ao seu novo estágio de acumulação. Porém, as novas relações sociais de produção, na forma de assalariamento ou outras de caráter pré-capitalista, continuam com profundos nexos com debilidade do sistema produtivo anterior, evidenciando a precariedade das bases industriais e das formas anacrônicas de organização do trabalho (ANDRADE, 2000).

Nesse contexto, na conjuntura produtiva da época, a indústria parecia assumir definitivamente uma posição destacada mesmo com dificuldades na geração da renda interna e do emprego. Destaque para a agroindústria do açúcar e as fábricas de tecidos como os segmentos mais promissores da economia urbano-industrial, juntamente com o comércio e com os exportáveis agrícolas.

A respeito da comparação com o desenvolvimento industrial com Sul do Brasil vale destaca o que Almeida menciona:

O desenvolvimento industrial no Sul não encontrava paralelo na Bahia. As razões principais parece-nos terem sido: ritmo fraco de capitalização, decadência política da Bahia na República, efeito e novamente causa dificuldades de transportes e carência de energia. Para vencê-las, não se encontravam recursos na economia colonial baiana. Elas terão sido também causa de outra carência, a quase nula imigração (2009, p.95).

Verifica-se em Andrade (2000), que outro motivo para incipiente estrutura das indústrias foi a característica de métodos de produção e racionalização do trabalho quase que artesanais, e a dependência da agricultura e do capital comercial agrário-exportador sem perspectiva de avanço no mercado internacional. Nesse sentido, a economia se voltou para o mercado interno com fraca demanda e dinamismo, logo, tendeu ao declínio e à estagnação, que perdura até a década de 1940.

Com a política de substituição de importação, o setor industrial da Bahia que era voltado para bens de consumo, tornou-se incapaz de competir com a estrutura industrial moderna do Centro-Sul a partir de 1930. Essa região passou a constituir o centro dinâmico da economia brasileira, com alto capital investido e incorporou no processo produtivo, relações capitalistas de trabalho desenvolvidas, com uma crescente massa de trabalhadores (ANDRADE, 2000).

Já na década de 1950, segundo Guerra e Teixeira (2000), a Bahia passava por um período de estagnação da economia e embora o estado contasse com uma indústria de transformação relativamente diversificada, passou por uma mudança na economia de relativa estagnação. Isso que levou diversos autores a estudar o que aconteceu com a Bahia que não conseguia melhorar seus indicadores. Cavalcante (2008) aponta algumas contribuições ao debate:

Embora a carência de dados estatísticos não permita que se determine com precisão o momento em que se iniciou o período marcado pela estagnação econômica do estado e por sua conseqüente perda de representatividade na economia nacional, o intervalo que se estende de algum momento do século XIX, até a década de 1950 é referido como “problema econômico baiano” (MARIANI, 1957). “relativa decadência baiana” (MARIANI, 1957), “involução industrial da Bahia” (TAVARES, 1966) ou “enigma baiano” (AGUIAR, 1958; ALMEIDA 1986) [...] alguns indicadores disponíveis deixam claro o processo de “desindustrialização” do estado ao longo da primeira metade do século XX (2008, p. 72).

No âmbito geral, nas primeiras décadas do século XX, verificaram-se na Bahia o declínio de culturas básicas e o desgaste do intercâmbio comercial interno. Decorrentes

principalmente da política cambial vigente no país que agravou a descapitalização do Estado e a sua capacidade de formação de poupança (SPÍNOLA, 2001).

Sendo importante ressaltar, que a conjuntura econômica nesse período como afirma Azevedo (2015), a Bahia passava a década de 1940, por um período da Guerra e do Pós-Guerra, com seu espaço regional desintegrado, com uma economia pouco dinâmica, e com poucos agentes transformadores, destacando ainda que os engenhos estavam em crise.

Segundo Azevedo (2015), em relação aos produtos a economia baiana assistia ao crescimento da produção de cacau, com uma maior concentração urbana na região do sul, porém, reinvestiram muito pouco na própria região. Outros produtos que eram importantes na Bahia como a cana, o fumo e a madeira estavam relativamente estagnados, acompanhados em termos de capacidade de crescimento.

Sendo assim, conforme Azevedo (2015), o Estado da Bahia ainda tinha outros problemas do ponto de vista dos transportes, que vale ressaltar que eram insuficientes para a integração das várias regiões, especialmente as atividades do interior em direção ao Oeste, com o Recôncavo integrado com Salvador. Do ponto de vista da população nesse período vale destacar o que o autor ressalta sobre as relações de poder:

A sociedade, por outro lado, estava muito concentrada sob uma estrutura de poder familiar, subordinada aos grupos financeiros e mercantis, e com forte base agrária. Tratava-se de uma sociedade que passou a década de 1930 e que chegou à década de 1940 perdendo poder na sua relação com o governo central brasileiro, por não ter apoiado os grupos dominantes da Revolução de 30. O resultado disso foi uma intervenção política no poder regional, por parte de grupos nacionalmente articulados que alteram as relações de poder tradicionais do Estado (AZEVEDO, 2015, p. 116).

Verifica-se nesse ambiente que a ação do Estado era muito frágil, com pressões políticas, econômicas e sociais com pouca capacidade de intervenção em uma economia com baixo dinamismo, que não mostrava no curto prazo capacidade de crescer com a conjuntura do momento. Nesse sentido, o setor industrial também sofreu mudanças devido à conjuntura econômica.

Entre o final do século XIX e o início do século XX houve uma industrialização pujante, com uma indústria têxtil muito expressiva. Valença foi uma dinâmica área industrial. Mas, ao adentrar a década de 1940, a Bahia contava com uma indústria decadente, pequena, perdendo forças e sem capacidade de crescer. A indústria têxtil havia, em primeiro lugar, enfrentado a competição das confecções importadas, e, em segundo lugar, havia permanecido muito artesanal e muito localizada, sem capacidade de geração

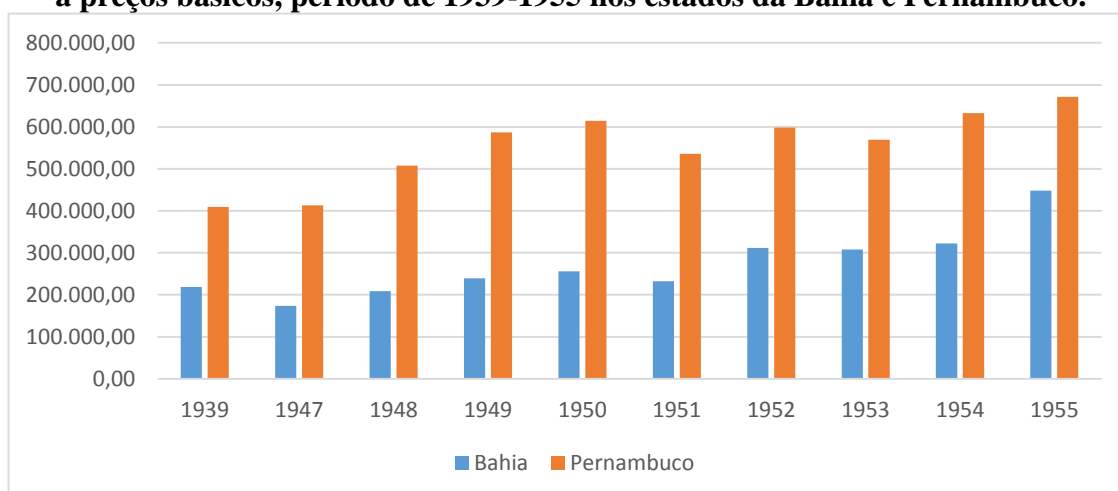
de excedentes que permitisse a criação de uma dinâmica de acumulação de capital adequada. A indústria de alimentação era principalmente familiar [...] a indústria mecânica se resumia, praticamente, á funilaria e à construção de portas para as casas das elites baianas. A construção civil era basicamente habitacional, com pouca intervenção em grandes obras, pouco desenvolvimento tecnológico (AZEVEDO, 2015, p. 119).

Na tentativa de explicar o “enigma baiano” Rômulo Almeida (1986) buscou comparar a economia baiana com a pernambucana, que na época era maior e mais dinâmica. Almeida buscou compreender por que, em 1950, a indústria baiana correspondia a um terço da pernambucana, recorrendo às questões históricas e geográficas na tentativa de responder a diferença existente entre os dois estados.

A primeira razão de acordo com Rômulo Almeida (1986) seria o custo adicional de transporte de São Paulo para Recife, que distância mais da capital paulista do que Salvador, uma barreira natural à importação de bens industriais paulista. O segundo determinante estaria relacionado ao fato de Recife funcionar como um polo de atração de atividades industriais, tendo em vista que contava com mercado interno expressivo e estava mais próxima dos outros estados nordestinos.

Nesse sentido, Rômulo Almeida (1986) identifica duas razões históricas, a primeira, na Bahia, a atividade agroindustrial do açúcar havia sido quase que extinta em função da concorrência e da baixa produtividade das terras do Recôncavo. Em segundo, Pernambuco havia se tornado o centro dos investimentos em obras contra a seca, logo, o porto de Recife se tornou um centro comercial dinâmico, com grande influência na atividade industrial.

Gráfico 5 – Evolução da participação da indústria com relação ao PIB, valor adicionado a preços básicos, período de 1939-1955 nos estados da Bahia e Pernambuco.



Fonte: Elaboração própria utilizando dados do Instituto de IPEA data, 2018.

Obs.: preços do ano 2000, R\$.

O Gráfico 5 confirma a posição de soberania da indústria de Pernambuco comparando a evolução do PIB com a Bahia, mostrando que desde 1939 a economia pernambucana já demonstrava o aspecto pró-industrializante pelos motivos que já foram enumerados.

Segundo Cavalcanti (2008), esse contexto explica a desvantagem da Bahia em relação àquele estado e porque, mais tarde, Pernambuco conseguiria desenvolver uma indústria de bens finais que relutaria em implantar-se na Bahia. O período de estagnação perdurou até a metade do século XX, e a expressão “enigma baiano” terminou se consagrando, sendo sistematicamente empregada para descrever o comportamento da economia do estado que antecedeu os primeiros passos de industrialização.

Assim como já foi dito a economia baiana tinha seus problemas agravados pela infraestrutura, poucas estradas e de baixa qualidade. O que não possibilitava uma integração dos mercados criados pelo crescimento populacional das cidades do interior, aumentando a concentração dos investimentos.

Guerra e Teixeira (2000) afirmam que a Bahia com seu produto exportador gerava significativas divisas que eram direcionadas para outros mercados, com um setor comercial e financeiro importante com destaque para o Banco Econômico. Contudo, o estado não se industrializava e boa parte da sua população vivia na miséria.

Verifica-se que a atividade industrial da Bahia chegou a metade do século XX “dominada ainda pelos segmentos de produtos alimentares, minerais não metálicos (que juntos representavam 71% do número de estabelecimento e 48% do pessoal empregado), têxtil e fumo” (CALVACANTE, 2008, p.75). A respeito da conjuntura econômica da época Azevedo traz importantes contribuições para discussão:

No final dos anos 1930, o petróleo foi descoberto na Bahia, e isso significou uma mudança potencial e importante. Durante a Guerra, entre 1939 e 1945, o petróleo já havia se tornado um elemento estratégico fundamental para a geopolítica mundial, já que as tropas das nações beligerantes precisavam de combustível para a movimentação das tropas na Europa. [...] Ainda que muito embrionariamente, a Bahia, com a descoberta do petróleo em seu território, passou a estar ligada a essa nova dinâmica (2015, p. 119).

Nessa perspectiva, o que vale destacar, a partir de Azevedo (2015), que em 1941, descobre-se o campo de Candeias, onde foi construído o primeiro poço comercial, o poço Candeias I. Nesse sentido, outra importante implantação foi o início da operação, em Aratu,

da primeira destilaria de petróleo no Brasil, que foi importante como aprendizado para alguns anos depois em 1950 construir a Refinaria Landulpho Alves, em Matarípe.

É importante ressaltar assim como destaca Azevedo, (2015, p. 128) o fluxo migratório da Bahia para São Paulo, intensificado devido à seca que em 1953, “60% dos imigrantes chegados em São Paulo saíram da Bahia”. A imigração se caracterizava não apenas por homens em idade de trabalhar, mas sim, por famílias inteiras, assim como já foi observado no capítulo anterior.

Em resumo, esse período que antecede as políticas de industrialização dos anos 1950 verifica-se que a Bahia mesmo que de forma iniciante já tinha passado por experiência de forma destacada na agroindústria. Porém, com os problemas de infraestrutura e a falta de integração com a economia nacional, o Estado passou por um período que ficou conhecido como “enigma baiano”, passando a procurar mudar sua estrutura econômica, através do processo de industrialização com o objetivo de sair da estagnação econômica, o que veremos na próxima seção.

2.2 Políticas de industrialização no período 1950-1980

Na seção anterior, verificaram-se as definições de instabilidade e estabilidade do estado da Bahia no período onde a economia era predominantemente voltada para a exportação com uma indústria que conseguiu destaque no âmbito nacional, porém não se firmou. Dentro desses aspectos, nessa seção irá se investigar como ocorreu a mudança estrutural da economia baiana com a expansão industrial e os impactos no emprego nesse período.

Segundo Cavalcante (2008), a economia baiana tem sido marcada no período delimitado pelas décadas de 1950 e 1980 pela transição de uma economia predominantemente agrário-exportadora. E pela concentração setorial, empresarial e espacial que vinha apresentando um desempenho inferior à média nacional, para uma economia industrializada e concentrada na produção de bens intermediários.

Conforme se verificou as análises do capítulo anterior, no Brasil intensificou o tipo de industrialização no processo de substituição de importações influenciado pelo pensamento da CEPAL, entretanto, a Bahia tem pouca participação nesse mecanismo de substituição de importações.

Verificou-se em Guerra e Teixeira (2000), que a partir de 1955, o governo da Bahia desencadeou um processo de planejamento destinado a reverter à situação da economia da Bahia. Rômulo Almeida foi convidado pelo Governador Antônio Balbino para a Secretaria da Fazenda, assim, foi criado um sistema estadual de planejamento, composto pela CPE (Comissão de Planejamento Econômico, criada em 1955) e pela FUNDAGRO (Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial, implantado em 1956).

De acordo com Spínola (2009), a CPE surgiu com o objetivo de diagnosticar a economia baiana, no intuito de conceber programas e projetos e institucionalizar o sistema de planejamento estadual. O CPE foi responsável pela elaboração do Programa de Recuperação Econômica da Bahia, e posteriormente o PLANDEB (Plano de Desenvolvimento da Bahia, em 1959).

Embora como afirma Guerra e Teixeira (2000), já no governo de Juracy Magalhães, mesmo que o PLANDEB não tenha sido aprovado pela Assembleia Legislativa, os projetos elaborados dentro do sistema estadual de planejamento começaram a ser implantados. Nesses projetos, a participação do governo estadual, foi de extrema importância como investidor direto ou financiador.

Na perspectiva de Spínola (2009), o Estado da Bahia passou por um processo sistemático de planejamento, no qual o PLANDEB, que projetou um setor industrial objetivando um equilíbrio entre a produção de bens de consumo e de capital. Além de priorizar a especialização de grandes empresas produtoras de bens intermediários, aproveitando assim os recursos naturais abundantes na época como o petróleo. Nesse sentido, Cavalcante corrobora com a discussão como pode-se observar a seguir:

Pode-se considerar a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na década de 1950, o marco inicial do processo de industrialização do estado. Esse processo, ainda que marcado por fortes discontinuidades, estendeu-se até os primeiros anos de operação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), no final da década de 1970 e no início da década de 1980. Nesse sentido, a Bahia conseguiu estender o ciclo de industrialização por alguns anos a mais do que o conjunto da economia brasileira (2008, p.70).

O Sistema Estadual de Planejamento (SEP) atuou com o propósito de industrializar o estado da Bahia e para isso determinou que o incentivo da indústria fosse voltado para o mercado regional e nacional, como um modelo de industrialização complementar às regiões Sul e Sudeste do país, aproveitando os recursos naturais da região bem como a abundância de

mão-de-obra desqualificada existente no Estado. Com isso, incentivando a imigração dos fatores escassos, como capital, técnica e experiência empresarial (GUERRA e TEIXEIRA, 2000).

Segundo Cavalcanti (2008), foi com base nesse sistema e em sua articulação com movimentos que ocorria em nível nacional que importantes transformações estruturais ocorreram na economia baiana no período de 1950 e 1980. A primeira grande intervenção do Estado na economia foi à implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), assim como já foi citado anteriormente, esse evento marcou o início do processo de industrialização intensivo em capital voltado para a produção de bens intermediários na Bahia. A respeito do efeito que a descoberta do petróleo trouxe para o mercado de trabalho, Azevedo afirma:

Outra questão importante acerca do impacto da Petrobrás é o seu efeito sobre o mercado de trabalho qualificado. O petróleo abriu uma nova área de trabalho, que exigiu um volume de treinamento e recrutamento especial, de dimensões nacionais. O desenvolvimento, no Estado, de instituições de treinamento associados às universidades, particularmente à Universidade Federal da Bahia, foi um elemento importante na constituição da área de qualificação de formação profissional (2015, p.124).

Desse modo, havia também condições na região da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador (RMS) que contava com privilegiados investimentos, e um exército de reserva da força de trabalho para ser submetido às novas organizações do trabalho, além de contar com a ausência de movimentos operários e de sindicatos. Nesse sentido, as condições eram propícias para o capital extrair excedentes de trabalho e assegurar a vigência do projeto desenvolvimentista (ANDRADE, 2000).

Como afirma Cavalcanti (2008), a industrialização baiana foi voltada para bens intermediários, do que bens de consumo final, ou seja, a Bahia se especializou na produção de bens manufaturados ou matérias-primas processadas para elaboração de outro produto. Nesse sentido, o papel de liderança do Estado no processo de industrialização foi de grande importância e que se reforçaria com a implantação do Centro Industrial de Aratu e do Complexo Petroquímico de Camaçari.

Verifica-se que na década de 1960, o diagnóstico feito pelo GTDN comandado por Celso Furtado, e com forte correlação com o pensamento da CEPAL, assim como foi dito no capítulo anterior, levou o governo federal a criar a SUDENE que juntamente com o Banco do Nordeste, ficou encarregado de administrar um conjunto de investimento e incentivos fiscais destinados a promover a industrialização da região do Nordeste.

Nesse sentido, a SUDENE assumiria um papel central de defesa dos interesses nordestinos no poder executivo federal, com duas características: era ao mesmo tempo um organismo representativo do Nordeste e simultaneamente uma agência federal. Com isso, o governo federal se encarregou de melhorar as condições para o processo de industrialização na Bahia, com a implantação de infraestrutura básica, portuária, rodoviária e ferroviária. Destaque para a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF, criada em 1945), e a pavimentação integral da rodovia Rio-Bahia (CAVALCANTE, 2008).

Na Bahia, além dos incentivos federais através do mecanismo da SUDENE, o governo estadual passou a oferecer uma infraestrutura para instalações industriais concentrada em área próxima da capital, e créditos fiscais relativo ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e com isso, foi criado o Centro Industrial de Aratu (CIA) (GUERRA; TEIXEIRA, 2000).

O número de projetos atraídos para o CIA e demais distritos industriais baianos foi impressionante. Em dezembro de 1969, havia 100 projetos aprovados pela SUDENE, dos quais 37 em funcionamento, 43 em análise e 33 com carta de opção para virem a se instalar. Todos esses investimentos criariam um total de 30 mil empregos diretos. Ao contrário do que recomendava o GTDN, porém, 85% por cento dos investimentos destinavam-se ao setor de bens intermediários, revelando, desde então, a vocação industrial do estado (GUERRA; TEIXEIRA, 2000, p. 90).

A expectativa na implantação do CIA para o GTDN era promover as indústrias de consumo final e principalmente na geração do emprego estimava-se que corresponderia a cerca de 1/3 do total de empregos gerados pela indústria de transformação no estado. Porém, os projetos que se instalaram foram voltados para a produção de bens intermediários e não alcançou o total de empregos pretendidos (CAVALCANTE, 2008).

No entanto, mesmo não alcançando as projeções pretendidas pelo GTDN, os resultados alcançados não foram desprezíveis principalmente pelo CIA por ter criado 30 mil empregos diretos. Outro importante incentivo e que teve grande impacto na economia baiana foi à implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

Cavalcanti (2008, p.90) afirma que “a participação do setor industrial na composição do PIB do estado passou, ao longo da década de 1970, de 24% para 31,6%”. Com isso, o setor industrial de química e petroquímica da Bahia assumiu sua posição mais importante.

Uns dos principais objetivos e anseios, com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, residiam na criação de emprego. Naquele momento a economia baiana sofria com

o desemprego e o subemprego e a expectativa de acabar com o problema foram depositados no COPEC, como se tratava de um complexo de indústrias intensivas em capital, esperava-se pela abertura expressiva de postos de trabalho resultantes da nova dinâmica econômica na região (PESSOTI; PESSOTI, 2010).

Segundo Pessoti e Pessoti (2010, p.30), o plano diretor do COPEC tinha como estimativa a criação de “dez mil os empregos criados pelo complexo até 1980, de nove a 27 mil os empregos criados pela indústria de transformação e em dez mil os empregos transitórios gerados pelas obras de construção civil”. Nesse sentido, o processo de formação de postos de trabalho refletiu as transformações estruturais segundo um padrão descontínuo, de substituição de empregos nos segmentos tradicionais, com menor remuneração, por empregos nos segmentos mais modernos e mais bem remunerados. A respeito do COPEC Cavalcante traz as seguintes informações:

[...] Quando em plena operação, em meados da década de 1980, o COPEC gerava um total estimado de 24 mil empregos. Ainda assim, o COPEC demonstrou baixa capacidade de absorção de mão-de-obra, uma vez que o segmento químico e petroquímico respondia, em meados da década de 1980, por menos de 15% do total do pessoal ocupado na indústria do estado (2008, p.90).

Verifica-se que o COPEC mesmo não alcançando as estimativas desejadas pelo plano diretor trouxe impactos significativos para a economia baiana, trazendo reflexo positivo sobre o setor de comércio, serviço e construção civil, causando efeitos multiplicadores sobre o mercado de trabalho. Logo, observa-se uma transformação na estrutura da economia baiana que eleva a participação do setor secundário em detrimento do setor primário.

É importante destacar que a expansão industrial na Bahia se constituiu basicamente na grande Salvador, incluindo a RMS e Feira de Santana mostrando a concentração locacional no Estado. Nesse sentido, O CIA e o COPEC apresentaram por falta de condições urbanas em Camaçari uma população trabalhadora que optasse a morar na Capital, exigindo viabilização de transporte e infraestrutura para esse fluxo diário (AVENA FILHO, 1986).

Cabe voltar a questão da heterogeneidade estrutural da economia baiana e na grave disjunção que caracteriza o perfil econômico do estado e determina a extrema concentração econômica verificada RMS que com apenas 20% da população ocupada gera 60% do PIB baiano, 80% do produto industrial e 70% da arrecadação de impostos enquanto no restante do estado se preserva um campo atrasado e eternamente a mercê de programas assistencialistas e paternalistas que no fundo impedem a transformação do produtor de

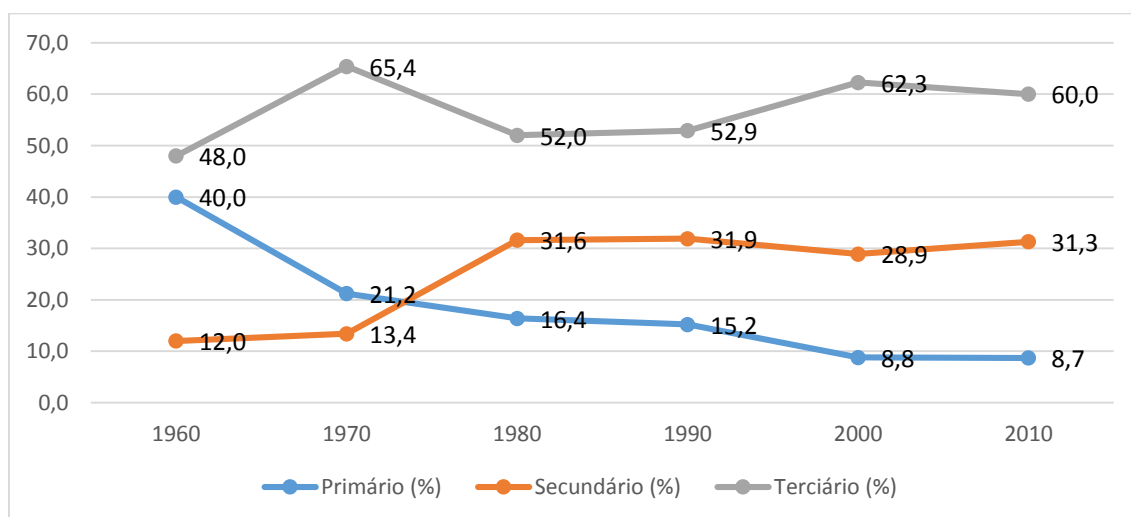
subsistência em granjeiro capitalista e dessa forma perpetuam o subdesenvolvimento rural. (AVENA FILHO, 1986, p. 131)

A respeito das informações apresentadas por Avena Filho, é importante destacar que a RMS mesmo ocupando apenas 20% da população, gera em torno de 60% do PIB estadual, mostrando a concentração do setor industrial e a pouca alocação de mão-de-obra. Vale ressaltar a diferença que o restante do estado apresenta com baixa participação econômica, com subdesenvolvimento rural e carente dos programas assistencialistas do governo.

Na tentativa de mudar esse perfil econômico da Bahia de extrema concentração locacional do setor industrial como afirma Avena Filho, houve algumas iniciativas para o interior do Estado entre as décadas de 1960 e 1970 da criação do chamado “Polos de Industrialização⁶”, com o objetivo de absorver a mão-de-obra local disponível e desconcentração espacial. Nesse sentido, como afirma Cavalcanti (2008, p. 85) “foi implantado o Centro Industrial do Subaé (Feira de Santana), e distritos com representação em Ilhéus, Vitória da Conquista, Juazeiro, Jequié, Alagoinhas e Itabela (Porto Seguro)”.

De acordo com Cavalcanti (2008), o propósito desses distritos era promover o desenvolvimento industrial do interior da Bahia, reduzindo os movimentos de investimentos em direção à Região Metropolitana de Salvador (RMS). No entanto, a participação no conjunto da economia foi pouco expressiva devido às condições de incentivos exógenos.

Gráfico 6 - Composição Setorial da Economia Baiana (1960-2010)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEI, (2018).

⁶ O argumento básico apresentado era o de que a expansão econômica não se manifestaria de forma disseminada, mas em pontos ou pólos de crescimento de intensidades variáveis. No interior desses pólos, o crescimento e as transformações deles decorrentes teriam início, afetando o conjunto da economia pela transmissão dos seus efeitos positivos através de diferentes canais. (PERROUX, 1955, p. 94)

Como pode ser observado no gráfico acima, houve uma mudança na composição setorial da economia baiana, tendo como atividade líder o setor terciário, a alteração ocorreu no setor secundário que em 1960 tinha uma participação de 12% e passa para faixa de 31,6% em 1980 mantendo a posição nos demais anos, enquanto o setor primário passa de 40% de participação em 1960 para 8,7% em 2010. Dessa forma, confirma como o processo de industrialização teve um aumento significativo de 1970 a 1980 na economia baiana e se manteve estável nos demais anos principalmente pela implantação do COPEC e dos investimentos no interior do Estado fez com que avançasse o setor secundário na participação do PIB. A respeito da conjuntura econômica desse período Pessoti afirma:

Durante a década de 1980, a economia brasileira se tornou dependente dos reajustes impostos pelas duas crises mundiais do petróleo, que promoveram um reordenamento muito mais amplo dos controles internacionais de mercado, por meio de políticas de gestão energética nos países mais desenvolvidos, do uso mais racional do consumo de energia e do desenvolvimento da informática. As mudanças protagonizadas por novos processos de automação, técnicas de conservação de energia e a expansão da informática promoveram uma transformação nas condições internacionais de concorrência no comércio mundial (2008, p. 63).

Nesse contexto, de acordo com o autor os reflexos da nova conjuntura no cenário nacional foram à desorganização das finanças públicas e a elevação da inflação. Tendo como consequência, a diminuição dos investimentos públicos em geral, porém a economia baiana resistiu ao cenário de crise instalada, em virtude dos resultados da indústria nos anos setenta e ao comércio internacional.

Na década de 1980 como afirma Guerra e Teixeira (2000), a atividade industrial da Bahia apresentou um comportamento bem distinto dos na década 1970, principalmente por ter seus ramos industriais produtores de bens intermediários, a economia do Estado se tornou fortemente correlacionada com a nacional. Nesse sentido, com a retração que a economia do Brasil passou, e com os resultados negativos na economia baiana, a indústria petroquímica buscou no mercado externo a saída para o escoamento da produção, no intuito de amenizar os danos causados pelo período recessivo.

A estratégia bem sucedida na década de 1980 de utilizar o mercado externo como escoadouro da produção, tornou-se inviável, para os demais anos, pois havia excedente no mercado internacional e também pelas mudanças ocorridas nas políticas governamentais como a redução de incentivos e subsídios às atividades exportadoras.

De acordo com Guerra e Teixeira (2000), a difícil conjuntura vivida no setor industrial, onde levou a um forte desaquecimento do mercado interno, combinado com a queda das alíquotas de importação, num cenário internacional de muita oferta, provoca no mercado nacional uma inundação de importações petroquímicas. Nesse sentido, surge a necessidade de buscar uma maior diversificação econômica para o estado, através de setores capazes de dinamizar a economia baiana.

Esse período fica caracterizado pelo forte desenvolvimento da indústria química/petroquímica e também metalúrgica no estado, que trouxe resultados positivos consolidando a mudança estrutural da economia da Bahia. Porém, com a nova conjuntura econômica do país que sofria com um cenário de crise, ocorre a redução dos investimentos públicos no âmbito federal, que força as instituições diminuírem sua participação nas políticas regionais.

2.3 Política de industrialização a partir de 1990

Com as mudanças econômicas ocorridas no Brasil devido à crise fiscal e financeira da década de 1980, ficou marcado pela ausência do governo federal nos investimentos como também ao esvaziamento das instituições federais como a SUDENE. Porém, os estados com as alterações no modelo de arrecadação de impostos se tornaram mais autônomo, gerando um modelo de política de atração industrial principalmente através dos incentivos fiscais.

A política neoliberal adotada na década de 1990, voltada para abertura comercial do país, foi surpreendida como afirma Pessoti (2008, p.106) “por um programa de estabilização ao mesmo tempo extremamente severo e absurdo, que retirou de circulação, algo em torno de US\$ 100 bilhões provocando um séria recessão na economia nacional”.

O autor ainda complementa que houve efeitos negativos sobre o mercado de trabalho aumentando o desemprego e reduzindo os salários, e os investimentos. Logo, o interesse da abertura comercial para modernizar a indústria foi ofuscado pela crise que atingiu o setor secundário, e na Bahia não foi diferente a indústria de transformação passou por um período de estagnação devido o cenário econômico.

Nesse sentido, reforçava a necessidade de se buscar uma maior diversificação economia para o estado, e a competição fiscal passou a ser o principal instrumento para atrair investimentos voltados para a produção de bens finais e com capacidade de promover a descontração espacial da atividade econômica no estado. Logo, o objetivo era promover a

desconcentração espacial, com o propósito de desenvolvimento integrado com as diversas regiões do estado com produtos de bens finais (CAVALCANTE, 2008).

Assim, a partir da década de 90 intensificam-se os programas de incentivos fiscais para atração de empreendimentos industriais identificados como propulsores para o crescimento e desenvolvimento econômico do estado da Bahia, em razão dos efeitos a montante e a jusante que as cadeias industriais proporcionam nos países mais desenvolvidos do mundo a exemplo da Itália e dos Estados Unidos (PESSOTI, 2008, p. 143).

Na busca de uma nova dinâmica da economia e contribuindo a favor a autonomia dos estados sobre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS). Houve nesse sentido, uma maior participação dos estados para conseguir realizar políticas de atração industrial utilizando principalmente incentivos fiscais.

Nesse sentido, foi lançado em 1991, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA), que tinha como objetivo diversificar a estrutura industrial do estado e buscar sua interiorização como forma de diminuir a concentração na RMS, e na tentativa de aumentar a dinâmica estadual e o seu desenvolvimento.

Tabela 1 – Projetos aprovados pelo PROBAHIA 1992 – 1999

Ano	Nº de projetos	Mão-de-obra (mil)	Investimento (Milhões)	Geração de ICMS (Milhões)	Financiamento (Milhões)
1992	25	3.904	409.700	386.531	183.817
1993	31	1.597	189.469	170.536	84.280
1994	44	3.430	390.501	199.570	75.306
1995	24	1.159	51.616	97.142	35.954
1996	31	4.709	342.419	405.735	138.226
1997	17	1.000	341.295	402.914	164.014
1998	52	20.385	850.981	1.030.556	216.113
1999	14	821	125.948	63.835	24.937
Total	238	37.005	2.701.929	2.756.819	922.647

Fonte: (LOPES, 1999 apud. CAVALCANTE, 2008, p. 131)

A tabela 1 afirma o papel atuante do estado em termos da nova política de atração de indústrias com a abertura de 238 projetos aprovados de diversas áreas, como têxtil, calçados, eletrônico, automobilístico, sendo que essas empresas se localizaram em diversas cidades do estado para evitar a concentração em uma única região. É importante destacar, a utilização de 20.385 de mão-de-obra no ano de 1998 que teve como justificativa a maior parcela de investimento bem como o maior número de projetos implantados da série analisada.

De acordo com Cavalcante (2008), na política de atração de empresa é importante destacar a implantação do Projeto Complexo Industrial Ford Nordeste, instalada no município de Camaçari e inaugurada em 2001 se tornou um símbolo da guerra fiscal, na qual a Bahia ganha à disputa com o Rio Grande do Sul devido os incentivos fiscais oferecidos. Mesmo a montadora no estado não tendo como principal foco a geração de emprego, se tornou um marco de mudança estrutural da economia baiana devido à atração de empresas fornecedoras de peças para Ford.

Outro importante programa de incentivo à indústria na Bahia, foi o programa de incentivo para a indústria de informática e Eletroeletrônico. Nesse sentido, foi criado em 1995, o Pólo de Informática de Ilhéus, que buscava dinamizar a economia da região como alternativa para a região de Ilhéus, depois da crise da produção de cacau, aproveitando nesse sentido, a infraestrutura existente no apogeu da cultura do cacau (CAVALCANTE, 2008).

Tabela 2 – Estrutura do emprego formal na Bahia no período 1990 – 2000.

Ano	Variação	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Emprego Total
1990	%	14,10%	7,30%	14,90%	61,90%	1,80%	100%
1991	%	14,40%	6,70%	14,40%	63,40%	2,10%	100%
1992	%	14,30%	6,00%	15,20%	62,00%	2,5%	100%
1993	%	13,00%	5,40%	13,60%	65,80%	2,20%	100%
1994	%	14,20%	5,00%	16,20%	59,90%	4,70%	100%
1995	%	12,60%	4,60%	15,50%	62,20%	5,20%	100%
1996	%	11,40%	4,70%	15,60%	63,20%	5,20%	100%
1997	%	11,40%	5,20%	15,30%	63,40%	4,80%	100%
1998	%	9,60%	5,50%	14,50%	65,80%	4,70%	100%
1999	%	10,00%	5,20%	15,70%	64,40%	4,70%	100%
2000	%	10,80%	5,20%	16,60%	62,80%	4,60%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS, (2018).

Como pode ser observado no Tabela 2, o setor de serviços foi o que mais empregou no período analisado e tendo um crescimento da participação em 1990 o serviços registrava 61,9%, chega no ano de 2000 com 62,8% um aumento de 0,9% se tornando o setor mais importante na geração emprego formal da Bahia nesse período, seguido do setor de comércio constituindo no segundo setor que mais emprega no Estado chega no ano de 2000 com 16,6% do total do emprego gerado na economia baiana. A agropecuária aumenta sua participação em 2,8% e registra em 2000, 4,6% em relação ao total do emprego gerado.

É importante destacar, com base nos dados do Tabela 2 que o setor industrial mesmo com os investimentos e incentivo fiscal para instalação de empresas por parte do governo do Estado como foi visto no capítulo 2, segundo as informações do Tabela 2 o emprego industrial não teve um aumento e sim diminuição da participação no total durante o período analisado em 1990 registra 14,1% já em 2000 registra 10,8%, mostrando que juntamente com a construção civil foram as únicas que perderam participação em relação ao total do emprego gerado na Bahia.

Nesse sentido, a década de 1990 ficou marcada por incentivo do governo estadual no sentido de atrair empresas para se instalarem no Estado, principalmente para o interior da Bahia, como forma de desconcentração setorial e desenvolvimento das regiões através da industrialização, aspectos defendidos pela concepção da CEPAL como foi explanado no capítulo 1. Destaque para o número de projetos aprovados e investimento feito pelo programa PROBAHIA, no entanto, esses investimentos não refletiram para que fosse possível aumentar a participação do emprego formal da indústria no total do emprego da economia baiana como foi verificado no Tabela 2.

No próximo capítulo será analisado quais as políticas do governo e a importância do emprego industrial na Bahia de 2004 a 2010, bem como sua concentração e o desempenho do setor industrial comparado com Pernambuco.

3 INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA NO PERÍODO 2004 A 2010

Neste capítulo será analisado o comportamento do emprego formal na indústria baiana no período 2004 a 2010. Para isso, será observada no tópico 3.1 a política de industrialização do governo Estadual na década de 2000, nesse sentido, no tópico 3.2 serão apresentados dados sobre o mercado de trabalho no intuito de identificar a importância do setor industrial, já no tópico 3.3 serão mostrados dados gerais e específicos do emprego formal da indústria, como: fluxo e estoque de postos de trabalho e a evolução do emprego no período de 2004 a 2010. Já no tópico 3.4 será exposto como está distribuído a concentração do emprego industrial nas mesorregiões da Bahia. No tópico 3.5 serão discorridos dados referentes à indústria e o emprego das unidades da federação da Bahia e de Pernambuco com o objetivo de comparar o desempenho dos dois Estados. E por fim o capítulo se encerra com o tópico 3.6 que analisa a evolução da renda média na Bahia.

3.1 Política de atração de empresas para Bahia

Inicialmente assim como foi visto no capítulo anterior, na década de 2000 o governo do Estado continua com programas que tinha como objetivo de diversificar o investimento industrial para o interior da Bahia, e facilitar a atração e instalação de empresas para desconcentração espacial e geração de emprego.

Nessa perspectiva, tem-se como destaque o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (DESENVOLVE), criado em 2001 e regulamentado no ano de 2002. Este programa era diferente dos que foram lançados anteriormente e tinha como objetivo como afirma Pessoti (2008, p.156) “complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial do estado, integrando territorialmente o estado e especializando a geração de emprego e renda”. Com isso, Pessoti afirmar que:

O Desenvolve foi assim acoplado a uma visão de longo prazo inserindo-se no planejamento estratégico do governo do estado da Bahia como um mecanismo capaz de aumentar a competitividade empresarial, o aporte de tecnologia e melhoramentos na deficiente infraestrutura estadual. A ideia traçada pelo planejamento governamental era, em um horizonte de 20 anos, tornar a Bahia socialmente justa e coesa, economicamente diversificada e competitiva, especialmente integrada e ambientalmente limpa (2008, p. 157).

Assim, o DESENVOLVE era um programa com perspectiva de longo prazo, que através de incentivos fiscais procurava dinamizar o parque industrial. Nesse sentido, buscava estimular a instalação de novas indústrias e modernizar os empreendimentos já existentes, bem como incentivar a geração de emprego no Estado. Nesse sentido, Uderman apresenta alguns resultados que contribui para a discursão:

Até o final do primeiro semestre de 2006, contabilizavam-se 409 projetos com protocolos de intenção assinados no âmbito do DESENVOLVE, perfazendo um total superior a R\$ 18 bilhões em investimentos. Esses projetos, entretanto, permaneciam concentrados na RMS, que respondia por 58% do total de protocolos assinados e dos valores a serem aplicados. A relação entre o total de recursos a serem investidos e o volume de empregos diretos previstos mostrava-se também elevada, sugerindo a propensão a um alto grau de intensidade em capital dos projetos incentivados (2008, p. 194).

Nesse sentido, passados quatro anos da regulamentação do DESENVOLVE um dos principais objetivos do programa era o de diversificar e integrar o Estado não estava sendo concretizado como evidencia Uderman. O problema da concentração na RMS persistia, porém, é importante salientar o alto número de projetos e de investimentos que o programa incentivou, e sua relação direta com o volume de emprego gerado.

Tabela 3- Investimentos industriais realizados no estado da Bahia por atividade econômica período de 2000 a 2009.

(Continua)

Atividade Econômica	Volume (R\$1,00)	Empresas	Emprego Direto
Agroindústria	5.041.000	1	30
Alimentos e Bebidas	2.251.095.095	136	29.724
Artefatos de Couro e Calçados	871.283.252	80	41.419
Borracha e Plástico	2.061.448.844	108	12.022
Construção	807.000.000	4	1.800
Edição, impressões e gravações.	8.500.000	1	56
Eletricidade, gás e água quente.	1.551.086.000	7	343
Equipamentos médicos, ópticos, de automação e precisão.	35.446.491	8	1.685
Ext. de Minerais não metálicos.	20.000.000	1	20
Ext. de Petróleo e Serviços Correlatos.	93.400.000	2	—
Fab. e montagem de Veículos Automotores	3.515.000.000	1	8.000
Fumo	13.974.260	3	280
Maq. Escritório e Equipamentos Informática.	159.386.308	52	3.136
Maq. Aparelhos e Materiais Elétricos.	59.720.000	5	880
Maq. e Equipamentos	436.246.586	21	3.546
Mat. Eletrônicos e equipamentos de comunicações.	169.685.470	23	4.866

Atividade Econômica	(Conclusão)		
	Volume (R\$1,00)	Empresas	Emprego Direto
Metalurgia básica	891.064.463	18	1.594
Minerais não metálicos	628.142.599	40	5.627
Móveis e industriais diversas	338.336.756	34	11.512
Outros	2.480.000	1	52
Outros equipamentos de transportes	16.940.370	12	587
Papel e celulose	19.185.031.499	28	14.411
Peças e acessórios veículos automotores	463.079.726	19	2.414
Pesca aquicultura	45.500.000	2	3.100
Petróleo e derivados	25.034.860	6	418
Produtos de madeira	459.175.484	6	399
Produtos de metal - exclusive maq. e equipamentos	463.710.423	25	1.720
Produtos químicos	7.225.023.663	120	6.759
Reciclagem	38.154.500	8	313
Têxtil	779.294.742	33	6.077
Vestário e acessórios	91.883.339	13	3.892
TOTAL	42.711.165.710	818	166.682

Fonte: (SICM apud PESSOTI, 2010, p. 184).

A Tabela 3 representa os investimentos no setor industrial da Bahia, a quantidade de empresas e de emprego direto que foi gerado nos anos 2000 a 2009. Destaque para o volume de investimento de alguns setores como papel e celulose R\$ 19.185.031.499 bilhões, produtos químicos R\$ 7.225.023.663 bilhões com 120 empresas no período.

A respeito do indicador do emprego direto tem como relevância o setor de artefatos de couro e calçados com 41.419 mil empregos diretos com um investimento de R\$ 812.768.904 modesto comparado com outros setores da indústria, o ramo de alimentos e bebidas se destaca com 29.24 mil de empregos gerados no período.

Sobre os investimentos na economia baiana nos primeiros anos do século XXI, Azevedo (2015), afirma;

Mudanças importantes começam a ocorrer também na economia, no início do novo século, com uma maior diversificação dos setores que recebem investimentos. Os novos investimentos foram destinados, principalmente, para empreendimentos fora dos setores tradicionais que movimentavam a economia baiana no século XX. Entre 2000 e 2005 foram feitos os investimentos da Ford, Veracel Celulose e Monsanto, entre outros, e o setor secundário cresce sua participação no PIB baiano de 41,1% para 50,2% nos primeiros cinco anos do século XXI (2015, p. 138).

Nesse sentido, a Bahia teve nesse período várias empresas que se instalaram e trouxeram investimentos significativos para o Estado que contribuíram para a geração de 166.582 mil empregos diretos, como afirma a tabela 3, constituindo uma nova dinâmica da economia. Como afirma Azevedo (2015, p. 137) “com a crescente nesse período, os setores automobilístico, papel e celulose, calçadista, dentre outros foram atraídos e contribuíram para ampliar o rol de mercadorias”.

Já no ano de 2007 com a mudança política no estado, quando o Partido dos Trabalhadores que era oposição ao governo anterior, ganha as eleições, a Bahia experimenta uma nova dinâmica dos investimentos como afirma Pessoti e Pessoti (2010, p.40) “no lugar das políticas de atração de investimentos industriais o mote central do novo governo era promover maior integração territorial do estado, a partir do alinhamento com o governo federal, [...]”. Nesse sentido, aproveitando que o governo federal também era governado pelo mesmo partido político, buscou-se incentivar as obras em infraestrutura e melhorar a logística como forma de integrar as regiões e aumentar o desenvolvimento da economia baiana, como pode ser observada a seguir:

Em 2007, a economia baiana apresentou uma expansão real de 4,5% no Produto Interno Bruto. Esse desempenho foi reflexo dos bons resultados verificados em setores que tradicionalmente empregam grandes volumes de trabalhadores, entre os quais estão a Construção Civil e o Comércio que se expandiram 6% e 11% respectivamente. Em valores correntes, o PIB baiano atingiu as cifras dos R\$ 109,7 bilhões, representando, aproximadamente, 4,3% do PIB Brasil. A expansão na indústria de transformação alcançou aproximadamente 2,7% em 2007 e freou o desempenho do PIB, uma vez que este segmento representa aproximadamente 16,1% da estrutura produtiva do estado. (PESSOTI, PESSOTI, 2010, p. 40).

Como afirma os autores acima, à Bahia teve um desempenho significativo dos resultados da economia em relação ao PIB no ano de 2007, no entanto, o desempenho da indústria de transformação foi apenas satisfatória o que motivou o lançamento do programa Acelera Bahia (criado em 2008) pelo governo Jaques Wagner que tinha as mesmas características dos programas anteriores com o diferencial que incentivava a compra de mercadoria nas micro e pequenas empresas do Estado com a concessão de crédito presumido o governo buscava incentivar o crescimento das micro e pequenas empresas e a integração do setor industrial.

No âmbito da conjuntura econômica do período analisado de 2004 a 2010, verifica-se que a economia brasileira depois de uma crise de confiança em 2002, devido o primeiro

mandato de Lula da Silva (2003-2006), a partir de 2004 recupera o crescimento, devido o aumento no consumo e da renda real das famílias, e devido ao maior estímulo ao crédito bancário. A crise financeira mundial em 2008 atingiu o crescimento da economia brasileira, e o governo federal respondeu com vários estímulos como, por exemplo: a expansão do crédito, redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), conseguindo evitar um agravamento da crise no país e consegue recuperar o crescimento em 2010 (PAULA; PIRES, 2017).

Tabela 4 – Bahia: Produto Interno Bruto Estadual, per capita e a participação com relação ao PIB nacional.

Ano	PIB Total (Valores Correntes - R\$ Milhão)	Taxa de crescimento do PIB Estadual (%)	Taxa do PIB Per Capita (%)	Participação no PIB nacional (%)
2004	77.932	9,4	7,6	4,1
2005	88.292	4,1	3,2	4,2
2006	95.348	3,0	2,0	4,1
2007	109.330	4,9	3,9	4,1
2008	121.667	5,1	2,1	4,0
2009	137.942	-0,3	-1,2	4,2
2010	154.420	6,1	10,3	4,1

Fonte: IBGE, (2018a)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de crescimento do PIB Estadual no ano de 2004 foi de 9,4% um índice que representou 4,1% no PIB do Brasil. Verifica-se na Tabela 4 que o ano de 2009 foi um ano ruim para o crescimento da economia baiana, o que pode se explicar devido à crise financeira mundial de 2008. Já no ano de 2010 o Estado se destaca como a sexta economia do país com 4.1% em participação no PIB nacional. No tópico seguinte será abordada a importância do setor industrial da Bahia.

3.2 A importância econômica do setor industrial na Bahia 2004 a 2010

Nessa seção será discutida a importância do setor industrial na economia da Bahia, assim como foi mostrado nos capítulos anteriores à indústria teve um papel de destaque a

partir dos anos 1950 com um efetivo planejamento para que se consolidasse esse ramo de atividade, no período de 2004 a 2010 a indústria baiana praticamente não alterou sua participação no PIB baiano, ao mesmo tempo em que o setor agropecuário perdeu importância assim como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Bahia: Participação das atividades econômicas no PIB a preços básicos, 2004 – 2010.

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
2004	10,8%	30,7%	58,5%	100%
2005	8,6%	32,2%	59,2%	100%
2006	7,9%	30,6%	61,5%	100%
2007	8,6%	28,2%	63,2%	100%
2008	8,5%	28,1%	63,4%	100%
2009	7,7%	28,7%	63,6%	100%
2010	7,2%	30,3%	62,5%	100%

Fonte: IBGE, (2018b)

É importante ressaltar como estava distribuída a estrutura da economia baiana no período analisado de 2004 a 2010, como pode ser observada na Tabela 5 a economia do Estado apresenta como maior participação o setor de serviços que chega com mais de 60% do total, sendo que houve um crescimento na participação no período de 4%. Seguido pelo setor industrial como o segundo mais importante observando que ocorreu uma diminuição a partir de 2006.

No entanto, o setor demonstra uma recuperação com crescimento de 30,3% de participação no ano de 2010, o que pode se explicar devido o governo federal atribuir incentivos como a redução do IPI, para evitar o agravamento da crise mundial que teve início em 2008, o terceiro ramo de atividade econômica é o agropecuário que apresentou em 2004 sua maior participação no início da série estudada com 10,8%, apresentando diminuição durante os anos chegando em 2010 com 7,2% do total.

Tabela 6 – Estrutura do setor industrial da Bahia na participação no PIB 2004 – 2010

Atividades	Indústria de transformação	Indústria da construção	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.	Indústria extrativa	Total (%)
2004	46,0	24,8	17,9	11,3	100,0
2005	51,3	20,4	17,2	11,0	100,0
2006	45,8	24,2	16,8	13,2	100,0
2007	45,6	23,6	17,7	13,1	100,0
2008	42,7	25,1	17,4	14,9	100,0
2009	53,1	27,1	12,6	7,1	100,0
2010	46,4	29,8	13,7	10,1	100,0

Fonte: SEI; IBGE, (2011).

Como pode ser observada na Tabela 6 que mostra a estrutura do setor industrial da Bahia, verifica-se que a maior participação no período analisado foi à indústria de transformação chegando há dois anos com mais de 50% na contribuição geral do setor industrial no Estado. A indústria da construção tem uma média de 21,54% de parcela, chegando ao ano de 2010 com 29,8% de participação, a indústria extrativa observa-se uma diminuição pela metade no ano de 2009 chegando a 7,1% e se recupera em 2010 com 10,1%.

Na próxima seção será analisado o emprego formal no setor industrial da Bahia.

3.3 Emprego Formal na Bahia de 2004 a 2010

A seção anterior apresentou a evolução da participação da indústria baiana na composição do PIB para o período 2004 a 2010. Também foi apresentada a evolução da indústria de transformação na estrutura industrial baiana, quando foi possível verificar que esta, a indústria de transformação, apesar das flutuações, manteve sua importância na estrutura do setor secundário da Bahia.

Nesse tópico será analisada a participação da indústria na geração de emprego formal dos sete anos supracitados. A partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), é possível observar que a evolução do emprego industrial na Bahia foi positiva para o período analisado. Quando

se examina outros cinco Estados da federação, Tabela 7 constata-se apenas que na Bahia o setor industrial aumentou sua participação em termo de emprego formal.

Tabela 7 – Participação do emprego formal na indústria em geral referente ao total do emprego em unidades da federação selecionadas de 2004 a 2010

UF	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Bahia	11,7%	11,2%	11,7%	12,1%	12,0%	11,9%	12,0%
Pernambuco	16,1%	17,3%	16,3%	16,5%	16,7%	16,5%	15,4%
Ceará	21,6%	20,7%	20,8%	20,5%	19,9%	19,9%	19,7%
Amazonas	25,4%	25,9%	24,7%	24,5%	23,5%	22,4%	21,9%
São Paulo	23,8%	23,5%	24,0%	23,9%	23,5%	22,5%	22,5%
Santa Catarina	35,5%	34,6%	34,4%	35,0%	34,1%	33,2%	33,3%
BRASIL	20,4%	19,9%	20,3%	20,3%	20%	19,3%	19,3%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS, (2018).

Como pode se observar na Tabela 7, a participação do emprego formal do setor industrial perde participação no mercado de trabalho do Brasil de 1,1%, logo, das unidades federativas selecionadas apenas a Bahia apresentou crescimento de sua participação de 0,3%, mesmo apresentando a menor participação do emprego formal no setor industrial dos Estados selecionados.

Ou seja, o setor industrial representou no ano de 2004 11,7% do total de empregos na economia baiana, e em 2010 esse número aumenta para 12%. Verifica-se que Santa Catarina entre as unidades da federação selecionadas é a que tem maior participação do emprego formal localizado na indústria com 35,5% em 2004 e diminui para 33,3% em 2010.

Estados do Nordeste como Pernambuco e Ceará apresentam uma participação no ano de 2010, segundo a Tabela 7 de 15,4% e 19,7% respectivamente. São Paulo que obteve historicamente assim como foi visto no capítulo 1, o maior volume de investimento na

implantação da indústria tem nesse ramo de atividade no ano de 2010 iguais a 22,5% e com diminuição de sua participação de 1,3% em relação ao ano de 2004.

Tabela 8 – Participação do emprego formal nos principais setores da economia da Bahia de 2004 a 2010.

Ano	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	TOTAL
2004	11,4%	4,2%	17,2%	62%	5,4%	100%
2005	11,2%	4,6%	16,9%	62,1%	5,3%	100%
2006	11,7%	4,6%	17,3%	61,6%	4,8%	100%
2007	12,1%	4,9%	17,3%	61,3%	4,4%	100%
2008	12,0%	5,1%	17,9%	60,5%	4,4%	100%
2009	11,9%	6,2%	17,9%	59,9%	4,1%	100%
2010	12,0%	7,2%	18,1%	58,7%	4,0%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS, (2018).

Como pode ser observado na Tabela 8 o setor de serviços domina a participação na geração de empregos formais na Bahia no período analisado, apresentando no ano de 2004 62% do total de empregos formais, no entanto, é possível notar que ocorreu uma diminuição na participação que chega ao ano de 2010 com 58,7% em relação ao total, verifica-se então uma redução de 4,7% desde o ano de 2004. A agropecuária é outro setor que diminui sua participação durante o período em 1,4% terminando 2010 representando 4% do total do emprego formal.

Para o período analisado, a indústria, a construção civil e o comércio são os setores que aumentam participação, enquanto, a agropecuária e os serviços perdem importância. O setor de comércio é a segunda atividade econômica mais importante no número de empregos formais no Estado e apresentou em 2010 18,1%, logo em seguida, o setor industrial é o terceiro com mais emprego formal na economia baiana como indica a Tabela 8, com participação no ano de 2010 de 12% um crescimento de 0,6% em relação ao ano de 2004 que aponta 11,4%. E por fim é possível observar na Tabela 8 que o setor da construção civil

obteve 3% de crescimento no período analisado, com uma participação de 7,2% referente ao total do emprego formal no ano de 2010.

Tabela 9 – Relação capital/trabalho dos setores produtivos na Bahia (2000-2009)

Setores Produtivos	K/L (R\$)
Químico-petroquímico	1.068.615,00
Complexo madeireiro	1.326.415,00
Automobilístico	439.375,18
Metalurgia	559.011,58
Atividade mineral e beneficiamento	206.992,96
Agroalimentar	75.733,02
Eletroeletrônico	34.872,64
Reciclagem	121.899,00
Borracha e Plástico	171.742,92
Calçados/ Têxtil / Confecções	23.039,79

Fonte: Pessoti e Pessoti (2010, p. 40)

A Tabela 9 pode-se observar a relação capital/ trabalho dos segmentos da indústria, o setor químico-petroquímico e o complexo madeireiro apresenta uma alta relação capital/trabalho, sendo R\$ 1.068.615,00 e R\$ 1.326.415,00 para cada emprego gerado respectivamente. Nesse sentido, é possível verificar que o setor de calçados, têxtil, confecções indica R\$ 23.039,79 para cada emprego gerado, ou seja, é o setor que melhor apresenta a relação capital/trabalho, com isso, precisa de um menor investimento para cada posto de trabalho gerado.

Tabela 10 – Dados do total de empregados formais admitidos e desligados na indústria da Bahia de 2004 a 2010.

Ano	Admitidos	Desligados	Total	Variação
2004	59.061	(-44.017)	15.044	%
2005	66.050	(-53.466)	12.584	(-16,4%)
2006	66.622	(-59.453)	7.169	(-43,0%)
2007	75.485	(-64.206)	11.279	57,3%
2008	81.174	(-76.823)	4.351	(-61,4%)
2009	84.127	(-75.834)	8.293	90,6%
2010	100.339	(-83.654)	16.685	101,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CAGED-MTE, (2018).

A Tabela 10 apresenta como ocorreu a variação do admitidos e desligados na série anual de 2004 a 2010. Nesse sentido, pode ser observado que o saldo foi positivo em todos os anos analisados, o ano de 2004 teve um maior número de pessoas admitidas na Indústria da Bahia com 15.044 de saldo, no ano de 2008 foi o de menor saldo de emprego formal criado, o ano de 2009 recupera crescimento do saldo e em 2010 observa-se o melhor resultado da série apresentando 16.685 da diferença entre pessoas admitidas e desligadas no setor industrial baiano.

Tabela 11 – Evolução do emprego formal nos subsetores da indústria da Bahia 2004-2010

Subsetor	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indústria de produtos minerais não metálicos	5.505	6.566	7.648	8.832	10.689	10.301	13.569
Indústria metalúrgica	4.899	5.797	7.211	7.126	9.205	8.378	12.095
Indústria mecânica	6.720	8.147	7.486	14.312	12.897	15.495	17.181
Indústria do material elétrico e comunicações	1.742	1.751	1.986	2.713	3.351	2.965	3.339
Indústria do material de transporte	3.120	2.595	2.346	2.324	2.302	2.572	2.423
Indústria da madeira e do mobiliário	3.512	4.516	6.669	7.257	7.716	6.201	6.618
Indústria do papel, papelão e gráfica.	3.023	3.382	3.891	4.192	5.114	5.118	5.964
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas.	4.495	5.528	6.443	6.188	7.496	6.260	6.575
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,	11.363	11.757	12.536	13.432	13.938	12.527	14.002
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	10.424	12.484	13.315	14.887	15.969	17.622	18.531
Indústria de calçados	15.275	13.341	17.017	19.666	24.821	21.797	26.287
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.	26.498	34.404	32.739	30.231	35.190	39.514	45.400

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CAGED-MTE, (2018).

Verifica-se no Tabela 11, a evolução do emprego nos subsetores da indústria da Bahia. É possível observar que o setor industrial que mais emprega é o de indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico que no ano de 2010 com 45.400 mil e com um crescimento 18.902 mil do número de empregados que tinha em 2004.

A partir do Tabela 11 é possível afirmar que houve um crescimento no número de empregados nos subsetores da indústria durante os anos observados, apenas o setor da indústria de material de transporte que teve uma diminuição do número de empregados formais.

Tabela 12 – Bahia: evolução da ocupação formal na indústria em geral de 2004 a 2010

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total do emprego formal	103.078	119.516	126.075	139.691	157.997	159.961	183.993
Variação %	-	15,9%	5,5%	10,8%	13,1%	1,2%	15,0%
Diferença Anual	-	16.438	6.559	13.616	18.306	1.964	24.032

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CAGED, (2018).

É possível observar na Tabela 12, a variação total durante o período analisado, o ano de 2005 de acordo com a Tabela 4 apresentou uma importante taxa de crescimento de 4,1% de participação no PIB Estadual, reflexo do crescimento econômico e das políticas do governo federal de facilitar o crédito bancário e o consumo das famílias. Na Bahia reflete no crescimento do emprego formal da indústria que verificou 16.438 mil que representa 15,9% de aumento no postos de trabalho industrial em relação ao ano de 2004.

A variação da quantidade do saldo do emprego formal, gerado de 2009 para 2008 na economia baiana foi de 1.964, ou seja, um crescimento de apenas 1,2%, em um período que ficou marcado pela crise financeira mundial, no ano de 2010 com o governo federal na tentativa bem sucedida de evitar o agravamento da crise mundial na economia brasileira.

Nesse sentido, a economia da Bahia apresentou taxa de crescimento negativo no ano de 2009 de -0,3% em relação ao PIB Estadual, enquanto que, o emprego formal do setor industrial apresentou saldo de 15% no ano de 2010 mostrando a recuperação da economia baiana nesse período, e gerando um saldo de 24.032 mil, postos de empregos.

3.4 Centralização e descentralização na indústria da Bahia

Esse tópico tem como objetivo analisar como está distribuído o emprego formal na indústria de transformação. Neste trabalho, verificou-se até o momento que os investimentos tiveram grande parte sendo voltados para a Região Metropolitana de Salvador desenvolvendo a região, e que ao decorrer dos anos foram feitas políticas no intuito de desconcentrar esses investimentos.

Assim como foi visto no primeiro capítulo, na qual, o Brasil apresenta desequilíbrios regionais e apresenta concentração dos investimentos no setor industrial, no sudeste do país, no âmbito do Estado da Bahia, também se verifica esse aspecto no emprego industrial, assim como será demonstrado nesse tópico.

Tabela 13 - Participação do nº de trabalhadores formais na indústria de transformação da mesorregião da Bahia 2004 a 2010.

Mesorregião	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Centro Norte Baiano	21.515	24.237	26.056	27.469	29.411	31.299	33.836
Nordeste Baiano	7.941	8.527	8.499	8.776	8.587	9.320	10.694
RMS	69.189	75.715	83.566	91.127	89.692	94.670	101.625
Centro Sul Baiano	20.356	23.220	25.531	28.483	33.924	37.978	43.595
Sul Baiano	17.354	16.864	19.257	21.387	21.695	22.994	24.141
TOTAL	136.355	148.563	162.909	177.242	183.309	196.261	213.891

Varição percentual da participação por setores

Mesorregião	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Centro Norte Baiano	15,80%	16,30%	16,00%	15,50%	16,00%	15,90%	15,80%
Nordeste Baiano	5,80%	5,70%	5,20%	5,00%	4,70%	4,70%	5,00%
RMS	50,70%	51,00%	51,30%	51,40%	48,90%	48,20%	47,50%
Centro Sul Baiano	14,90%	15,60%	15,70%	16,10%	18,50%	19,40%	20,40%
Sul Baiano	12,70%	11,40%	11,80%	12,10%	11,80%	11,70%	11,30%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS, (2018).

A Tabela 13 traz informações a respeito do emprego formal por mesorregião da Bahia na indústria de transformação, mostrando como está distribuído o emprego no Estado. É possível observar que o emprego tem uma forte concentração na Região Metropolitana de Salvador com 69.189 mil empregos representando 50,7% no total do emprego formal no ano de 2004, esse índice diminuiu em 2010 para 47,5% em relação ao total, no entanto ocorreu um crescimento de empregos gerados para 101.625 mil. Assim, verifica-se que a política de descentralização industrial surtiu efeito na oferta de emprego industrial, confirmando com as políticas adotadas pelo governo estadual no intuito de diminuir essa concentração assim como já foi dito o emprego formal cresceu na RMS, porém apresentou uma participação menor no total.

A região do centro sul baiano apresenta um crescimento importante durante o período analisado, saindo de 14,9% em 2004 e chegou ao ano de 2010 20,4% que equivale a valores absolutos 43.595 empregos, enquanto que no ano de 2004 chegava a 20.356 empregos, ou seja, ocorreu mais que o dobro de crescimento no total de empregos gerados na mesorregião. Já a mesorregião do sul baiano ocorreu uma perda na participação total do número de empregados de 12,7% para 11,3% em 2010.

A mesorregião do centro norte baiano é apontada como a terceira com o maior número de trabalhadores formais na indústria de transformação, porém, analisando o Tabela 2 o crescimento estagnou em 2004 com 15,8% era a segunda em participação do total de empregados, perde a posição para o centro sul baiano e apresenta no ano de 2010 os mesmos 15,8%, ou seja, o número de trabalhadores dessa região se manteve estagnada.

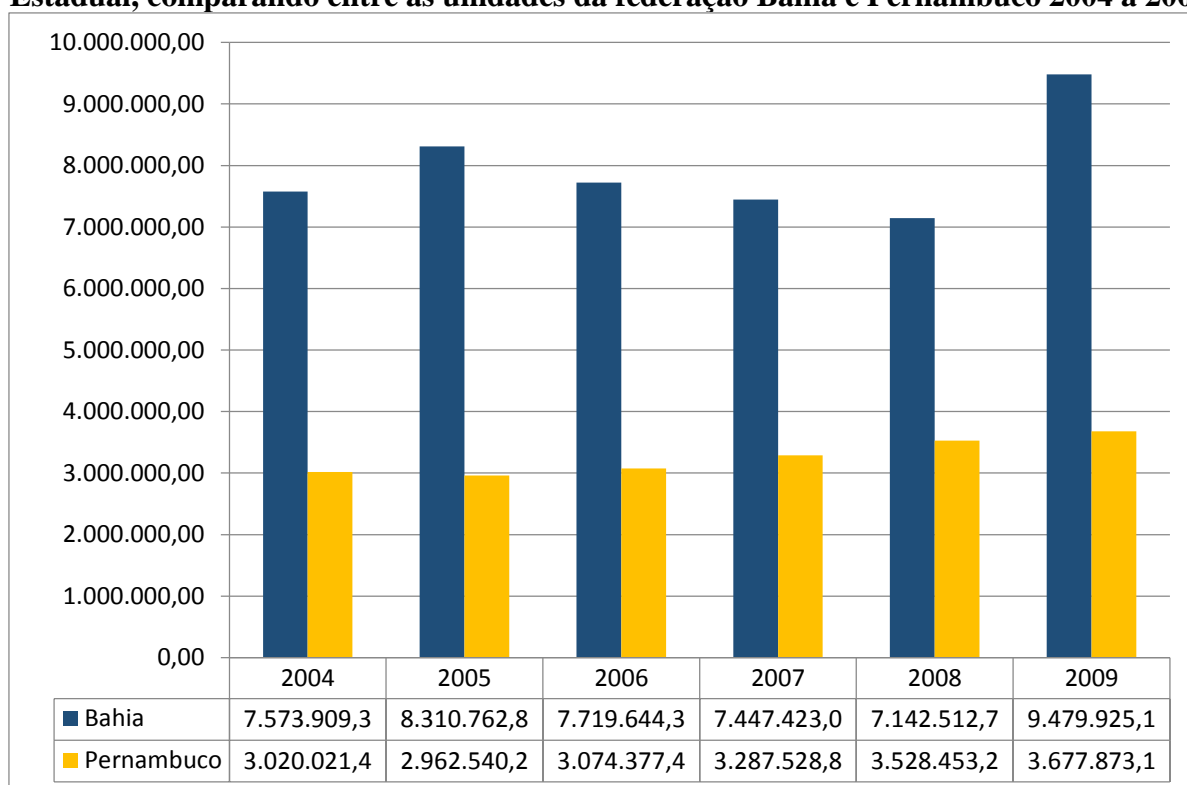
Observa-se que a região com menor número de trabalhadores na indústria de transformação é na mesorregião do nordeste baiano que em 2004 contava com 5,8% e diminuiu sua participação durante a série de anos analisada chegando ao ano de 2010 com apenas 5,0%.

Conclui-se que a indústria da Bahia como verificado no capítulo 2 se formou de forma concentrada na RMS, no entanto, com os esforços do governo estadual observou-se nesse tópico que no período de 2004 a 2010 houve desconcentração da mesorregião da RMS e com destaque para o crescimento na mesorregião do Centro Sul Baiano. O próximo tópico será analisado os principais indicadores do setor industrial nas unidades da federação da Bahia e de Pernambuco.

3.5 Comparação do setor industrial do estado da Bahia e de Pernambuco

Como já abordado no capítulo 2, na qual Rômulo Almeida faz uma análise comparativa do desempenho econômico do setor industrial da Bahia e Pernambuco para explicar o atraso no desenvolvimento da indústria baiana na década de 1950 que ficou conhecido como “enigma baiano”. Nesse sentido, é importante fazer uma análise comparativa dos indicadores do emprego do setor industrial e da indústria de transformação entre as duas unidades da federação no período de análise.

Gráfico 7- Participação da indústria de transformação em valor nominal no PIB Estadual, comparando entre as unidades da federação Bahia e Pernambuco 2004 a 2009.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA data, (2018).
Observação: os preços do ano 2000 mil (R\$)

Como é possível observar no Gráfico 7 a indústria de transformação quando analisado a correlação com o PIB, a Bahia tem uma maior participação do setor do que o Estado de Pernambuco, mostrando que nos anos analisados a Bahia supera a economia pernambucana no setor industrial de transformação.

Pode-se observar também, que o crescimento do valor nominal no Pernambuco se mantém homogêneo sem alterações significativas, e, no entanto o valor nominal da participação do PIB na economia baiana houve um crescimento significativo saindo de R\$ 7.573.909,3 para R\$ 9.479.925,1 um crescimento de R\$ 1.906.016 de 2008 para 2009.

Tabela 14 - Dados gerais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, número de unidades locais e valor bruto da produção industrial Bahia e Pernambuco 2004 – 2010.

UF	ANO	Nº de unidades locais		Valor Bruto da Produção Industrial (mil reais, valor nominal)	Pessoal ocupado 31/12 (mil pessoas)		Produtividade (VBPI/POI)	
		Nº Absoluto	Δ%	Nº Absoluto	Nº Absoluto	Δ%		
BAHIA	2004	4.209	*	52.286.796	163.648	*	319,5	
	2005	4.160	-1,20%	57.927.662	171.630	4,90%	337,5	
	2006	4.647	11,70%	64.092.887	180.461	5,10%	355,2	
	2007	4.898	5,40%	66.287.542	191.892	6,30%	345,4	
	2008	5.095	4,00%	76.926.701	199.158	3,80%	386,3	
	2009	4.868	-4,50%	65.198.752	206.123	3,50%	316,3	
	2010	5.387	10,70%	76.743.517	231.801	12,50%	331,1	
PERNAMBUCO	UF	ANO	Nº de unidades locais		Valor Bruto da Produção Industrial (mil reais)	Pessoal ocupado 31/12 (mil pessoas)		Produtividade (VBPI/POI)
			Nº Absoluto	Δ%	Nº Absoluto	Nº Absoluto	Δ%	
	2004	3.601	%	13.127.525	154.240	%	85,1	
	2005	3.781	5,00%	14.364.525	161.932	4,99%	88,7	
	2006	4.126	9,10%	16.398.906	174.124	7,53%	94,2	
	2007	4.513	9,40%	17.667.040	182.663	4,90%	96,7	
	2008	4.554	0,90%	20.840.216	189.822	3,92%	109,8	
	2009	4.846	6,40%	22.798.862	199.665	5,19%	114,2	
2010	4.908	1,30%	26.985.038	217.311	8,84%	124,2		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE- Pesquisa Industrial Anual-Empresas, (2018).

No Tabela 14 mostra os indicadores econômicos dos Estados da Bahia e de Pernambuco como o número de unidades locais, o valor da produção bruta industrial e a quantidade de pessoas ocupadas. Verifica-se que na Bahia no ano de 2004 tinha 608 unidades

locais a mais do que o estado de Pernambuco, porém, essa diferença diminuir para 479 unidades no ano de 2010.

O segundo indicador que pode ser observado no Tabela 13 é a respeito do valor bruto da produção, na qual a Bahia em 2004 apresentou em valores nominais R\$ 52.286.796, enquanto Pernambuco no mesmo ano o valor bruto da produção foi de R\$ 13.127.525. No final da série no ano de 2010 a Bahia tem seu valor aumentado para R\$ 76.743.517 e Pernambuco R\$ 26.985.038, os dados apresentados mostram a diferença dos dois estados no valor da produção bruta.

Outro indicador que pode ser observado na Tabela 14 é referente à quantidade de pessoas ocupadas no setor industrial nos dois Estados, a Bahia no ano de 2004 gerou 9.408 mil empregos a mais do que o estado pernambucano. Chegando ao ano de 2010 com uma diferença de 14.490 mil postos para a Bahia, ou seja, no período analisado o setor industrial baiano gerou 5.082 mil postos a mais do que o setor industrial de Pernambuco. Verifica-se que na Bahia do ano de 2009 para 2010 houve um crescimento de 12,5% do pessoal ocupado na indústria. Enquanto que em Pernambuco o crescimento foi de 8,84%.

Observou-se também que a Bahia apresenta uma maior taxa de produtividade do trabalho comparado com Pernambuco, mostrando que essa taxa de produtividade continuou crescendo nos dois Estados durante o período analisado.

Enquanto na década de 1950, Rômulo Almeida analisou que a economia Pernambucana no setor industrial era maior e mais dinâmica, agora no período observado de 2004 á 2010 verifica-se que a economia baiana mudou esse panorama. Nesse sentido, observa-se que a indústria da Bahia se tornou maior e também apresentou um dinamismo maior do que o setor industrial de Pernambuco na geração de ocupação formal.

No próximo tópico será analisada a renda média do setor industrial da Bahia, fazendo uma análise de comparação com cinco unidades da federação do Brasil, além de verificar a renda média dos subsetores do setor industrial no Estado da Bahia.

3.6 Renda média

Nesse tópico será analisada a renda média na indústria. São Paulo um importante Estado para se observar o indicador devido ter em sua história de formação industrial os maiores investimentos, assim como já foi visto no capítulo 1. Nesse sentido, verifica-se no

Tabela 15 que a maior renda média apresentada em 2004 com R\$ 750,25 e com ganho real referente o valor corrigido de 7,7%.

A renda média da Bahia em 2004 era R\$ 477,63 e teve um aumento real de 30,6% no ano de 2010 com R\$ 843,47, outro fator importante do Tabela 15, é que entre os Estados selecionados do Nordeste a Bahia apresenta o maior ganho de renda média do setor industrial.

O Ceará em 2004 tinha o valor nominal da renda média mais baixo em relação às unidades da federação do quadro 5, com R\$ 358,12, no entanto corrigido o valor em 2010 obteve ganho real de 34,1%. Outros Estados como Pernambuco, Amazonas e Santa Catarina obteve ganho real corrigido da inflação do período o valor de 22%, 7,5%, 33,1% respectivamente no ano de 2010.

Tabela 15 – Renda média do setor industrial geral nas unidades da federação selecionadas de 2004 a 2010.

UF	VALOR NOMINAL	VALOR REAL CORRIGIDO INPC (IBGE) real	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO
	2004	2004-2010	2010	%
BAHIA	R\$ 477,63	R\$ 645,76	R\$ 843,47	30,60%
PERNAMBUCO	R\$ 433,00	R\$ 585,42	R\$ 714,36	22%
CEARÁ	R\$ 358,12	R\$ 484,18	R\$ 649,23	34,10%
AMAZONAS	R\$ 636,29	R\$ 860,26	R\$ 924,92	7,50%
SÃO PAULO	R\$ 750,25	R\$ 1.028,24	R\$ 1.106,92	7,70%
SANTA CATARINA	R\$ 468,75	R\$ 633,75	R\$ 850,00	33,10%

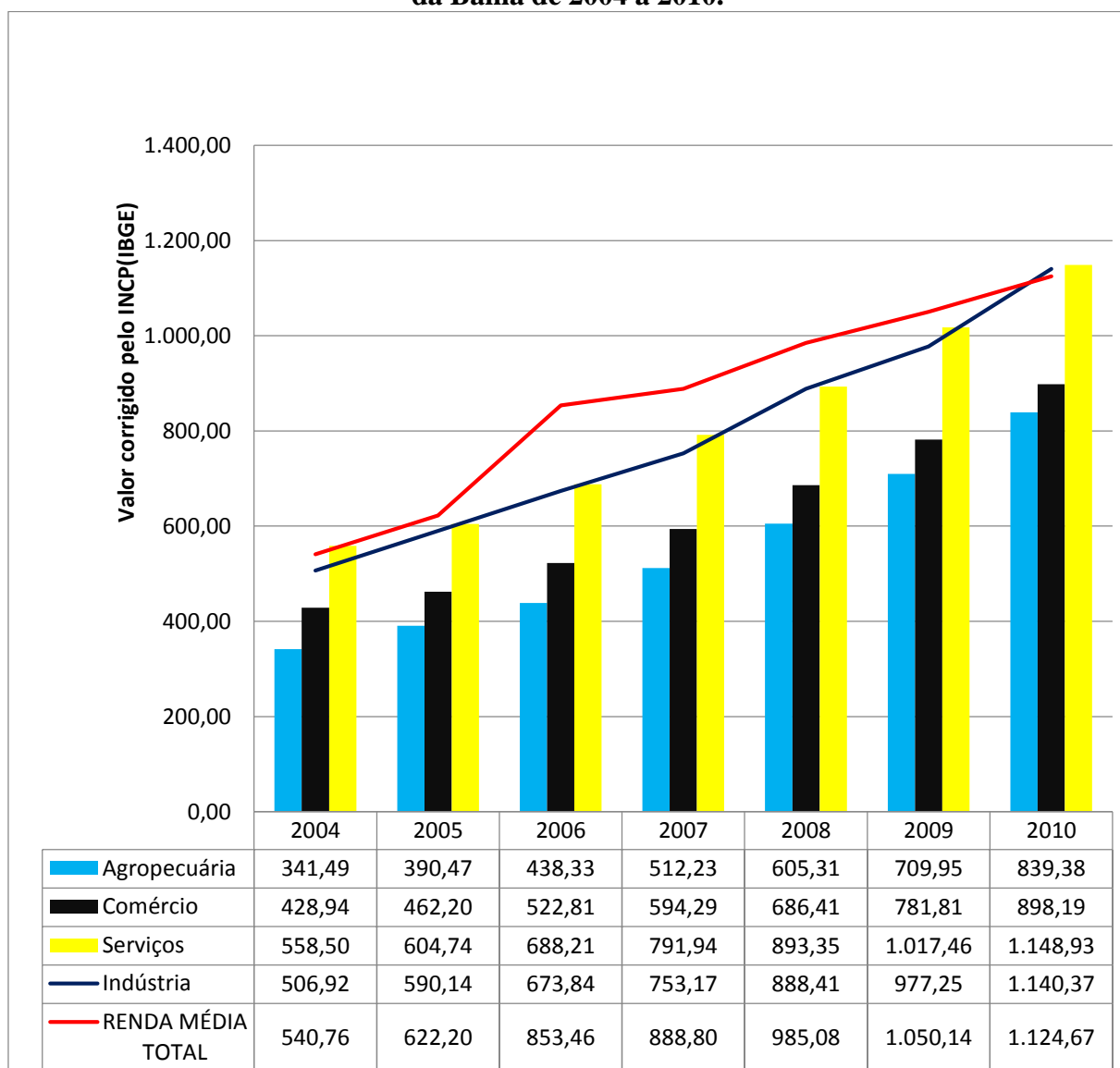
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CAGED, (2018).

Pode ser observado no Gráfico 8 que os serviços apresentam o maior valor corrigido da renda média no ano de 2004 com R\$ 558,50. O valor foi mais elevado do que a renda média total R\$ 540,76 a partir do ano de 2005 o valor dos serviços fica abaixo da renda média total tendo destaque novamente no ano de 2010, ficando com R\$1.148.93 enquanto a renda média total foi de R\$ 1.124,67.

A indústria é o segundo setor com maior valor da renda média da Bahia no período analisado do Gráfico 8, aproximando dos valores encontrados nos serviços e no ano de 2010

teve um valor mais elevado do que o total da renda média com R\$ 1.140,37 enquanto a renda média total foi de R\$ 1.124,67. O setor de comércio é o terceiro com a maior renda média perdendo para os serviços e a indústria, já a agropecuária é o setor com a renda média mais baixa do período.

Gráfico 8 – Renda média por setores de atividades econômicas e renda média real total da Bahia de 2004 a 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CAGED, (2018).

Como pode ser observado no Tabela 16, o ramo da indústria que mais apresentou crescimento na renda média foi a mecânica, com 113,94% de ganho real com o valor de R\$ 1.367,49 no ano de 2010. O da indústria da madeira e do mobiliário apresentou uma renda média com ganho real de 48,97% com R\$ 705,93, a indústria de material elétrico foi o único setor que não obteve ganho real perdeu poder de compra durante o período estudado de 23,45%.

Tabela 16 – Renda média dos subsetores da indústria da Bahia 2004-2010

SUBSETORES	2004	2010	2004 - 2010	Variação
	Valor nominal	Valor Nominal	Valor corrigido pela inflação (INPC)	%
Indústria de produtos minerais não metálicos	R\$ 362,18	R\$ 647,39	R\$ 515,27	25,64%
Indústria metalúrgica	R\$ 642,27	R\$ 1.117,17	R\$ 868,35	28,65%
Indústria mecânica	R\$ 472,78	R\$ 1.367,49	R\$ 639,20	113,94%
Indústria do material elétrico.	R\$ 769,47	R\$ 796,39	R\$ 1.040,32	-23,45%
Indústria do material de transporte	R\$ 944,27	R\$ 1.505,83	R\$ 1.276,65	17,95%
Indústria da madeira e do mobiliário	R\$ 350,50	R\$ 705,93	R\$ 473,88	48,97%
Indústria do papel, editorial e gráfica.	R\$ 707,82	R\$ 1.043,80	R\$ 956,97	9,07%
Ind. da borracha, fumo, ind. diversas.	R\$ 482,26	R\$ 804,63	R\$ 652,02	23,41%
Ind. química de produtos farmacêuticos.	R\$ 660,88	R\$ 1.025,23	R\$ 893,51	14,74%
Indústria têxtil do vestuário.	R\$ 350,63	R\$ 605,85	R\$ 474,05	27,80%
Indústria de calçados	R\$ 304,75	R\$ 564,13	R\$ 412,02	36,92%
Indústria de produtos alimentícios, bebidas.	R\$ 400,78	R\$ 660,59	R\$ 541,85	21,91%
Total	R\$ 461,62	R\$ 806,41	R\$ 624,11	29,21%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CAGED, (2018).

A indústria de papel e celulose que teve os maiores investimentos e geraram 14.411 mil empregos diretos como foi visto na Tabela 3, tem uma renda média em 2010 de 1.043,80 e apresentou um ganho corrigido pela inflação de 9,07%. É importante destacar a indústria de calçados que gerou no período o maior número de empregos diretos como afirma na Tabela 2 com 41.419 mil, enquanto verifica-se no Tabela 16 a menor renda média dos subsetores com o valor nominal R\$ 304,75 em 2004 e em 2010 apresentou R\$ 564,13 obtendo um ganho real de 36,92%, com isso podemos afirmar que o setor é pouco intensivo em capital e tem uma renda média baixa comparada com outros setores. A indústria de material elétrico foi o setor

que apresentou perda de 23,45% referente a diferença entre o valor corrigido e o valor nominal em 2010.

Com isso, verificou-se nesse tópico, a comparação da renda média em cinco unidades da federação selecionadas, onde foi possível observar, que corrigida a inflação a renda obteve ganho real durante o período de 2004 a 2010, com destaque para os setores industriais de São Paulo, que apresentou os maiores valores nominais da renda média. Foi possível através do Gráfico 8 analisar como estava distribuída a renda média nas atividades econômicas do Estado da Bahia, sendo que a indústria é o segundo setor com maior renda média, e por fim foi mostrado os valores da renda média para os subsetores da indústria.

Como foi visto no primeiro capítulo deste trabalho, a CEPAL defendia que a expansão da indústria traria resultados positivos para a economia do país, seja na elevação da produtividade, ou na absorção da mão-de-obra e do aumento líquido da renda. Nesse sentido, os dados deste tópico, em que, a indústria apresenta a segunda maior renda assim como mostra o Gráfico 8, verifica que o incentivo a indústria continua a ser uma estratégia importante de desenvolvimento para o estado.

Por fim, foi possível verificar neste capítulo, que a Bahia continuou o processo de incentivo ao setor industrial através de programas, conseguindo mesmo que de forma modesta desconcentrar os investimentos da Região Metropolitana de Salvador com investimentos que geraram importantes empregos diretos com destaque para o setor calçadista, que o Estado conseguiu superar o setor industrial de Pernambuco, seja no valor bruto da produção, tanto quanto o volume de ocupação na indústria.

O capítulo 3 trouxe informações a respeito da importância do setor industrial que manteve, sem muita alteração, como a terceira mais importante perdendo para o setor de serviços e comércio na estrutura da geração do emprego formal total da Bahia. No último tópico 3.6 foram analisados os principais indicadores da renda média concluindo que a Bahia entre os Estados do Nordeste selecionados apresenta a maior renda média e que o setor de calçados tem a menor renda média entre os subsetores da economia baiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se identificar, como objetivo num nível mais geral, investigar o desempenho do setor industrial na Bahia levando em consideração a importância do setor para o desenvolvimento do Estado no âmbito do mercado de trabalho.

Nesse sentido, foi visto ao longo do trabalho a evolução da indústria baiana e o comportamento do emprego no setor industrial procurando fazer uma abordagem histórica e teórica. Para que o objetivo fosse alcançado, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica para compreender como ocorreu o processo de industrialização na América-Latina e no Brasil pela ótica da CEPAL. Após o estudo da importância da industrialização no âmbito geral dos países subdesenvolvidos como o Brasil, analisou-se como se deu a trajetória da industrialização na Bahia e então se observou os principais impactos no emprego no período de 2004 – 2010.

Procurando entender o motivo pelo qual países da América-Latina não se desenvolviam foi criada a CEPAL. Verificou-se, a partir dos estudos dessa instituição, que a industrialização era o caminho para que os países conseguissem superar o subdesenvolvimento, e trazer resultados positivos tanto para melhorar a produtividade como para absorver a mão-de-obra disponível. As ideias oriundas da CEPAL ganharam força na década de 1950, contudo, a partir da metade da década de 1960 a crise que deixava em desequilíbrio o balanço de pagamento, com aumento da inflação e déficit público, ficou marcado pelas medidas da ortodoxia, e com isso, a CEPAL perdeu espaço no âmbito teórico, e tentou se adaptar à nova conjuntura econômica especialmente a partir de 1990.

Observou-se neste trabalho, o processo de industrialização no Brasil e seus desequilíbrios regionais, nesse sentido, foi exposto que a indústria se desenvolveu com forte intervenção estatal, sendo que a região Sudeste concentrou a maior parte dos investimentos, aproveitando da estrutura da economia do café existente. Destaque para o Estado de São Paulo, que, consolidou a ruptura de uma economia predominantemente agroexportadora para o desenvolvimento de uma indústria importante para o crescimento do país, com progresso do setor industrial aumentou o fluxo de imigração principalmente da região Nordeste do país, com isso, ficou evidente os desequilíbrios regionais existentes e do processo de favelização nas grandes cidades.

Foi possível verificar no capítulo 1 que os 15 anos do governo Vargas, buscou-se consolidar a industrialização brasileira com a promoção de grandes obras de infraestrutura e

criou as estruturas necessárias para consolidar o processo de industrialização no Brasil. Foi observado que nesse período a influência da CEPAL se fez presente, com o modelo do processo de substituição de importações.

O processo de industrialização apresentou crescimentos importantes, no entanto, com as mudanças da conjuntura econômica a partir de 1980, na qual, o país entrou numa fase de estagnação econômica, o governo federal deixa de promover as políticas de industrializações. Com a abertura comercial e a valorização da moeda nacional, o Real, na década de 1990, a indústria brasileira diminui seu crescimento industrial que foi observado até o início da década de 1980.

No segundo capítulo, abordou-se o contexto histórico da economia da Bahia, mostrando os sucessivos ciclos de longa e média duração que apresentava a economia do Estado. A estrutura econômica até o início do século XX foi voltada para a agroexportação com destaque para agroindústria do açúcar, no entanto, com a baixa demanda e dinamismo a economia passa por um período de estagnação que ficou conhecido como “enigma baiano”, buscou-se fazer um diagnóstico, do porquê, a economia baiana não conseguia se industrializar.

Já a partir dos anos 1950, com o petróleo, uma nova dinâmica ocorreu na economia com a implantação da Refinaria Landulpho Alves e outros importantes empreendimentos surgiram como o Centro Industrial Aratu e o Complexo Petroquímico de Camaçari, verificou-se que o processo de industrialização foi voltado para bens intermediários para atender o mercado interno brasileiro.

Já a partir da década de 1980 com o Estado tendo mais autonomia sobre arrecadação de impostos, começa a política de incentivos fiscais, como desconto no ICMS, no intuito de atrair empresas para a Bahia, e como foi visto nos capítulos anteriores, várias empresas se instalaram com destaque para o Complexo da Ford, que com seus encadeamentos trouxe importantes investimentos para o setor industrial, entre outros empreendimentos que foram importantes na geração do emprego direto como o setor calçadista que gerou 41.419 mil empregos na década de 2000 como foi mostrado no capítulo 3.

A respeito da investigação desse trabalho tinha o seguinte problema de pesquisa: qual a importância do setor industrial na geração de emprego formal urbano no estado da Bahia no período 2004 a 2010?

E a hipótese que se buscou comprovar foi a de que o setor industrial na Bahia cresceu gerando poucos empregos e de uma forma concentrada principalmente na região metropolitana de Salvador.

Os dados do capítulo 3 mostraram que a participação do emprego formal na indústria cresceu 0,6% entre 2004 e 2010, enquanto os serviços caíram em 3,3%, e a agropecuária 1,4%, ou seja, o setor industrial foi importante na geração de emprego formal da Bahia no período, mesmo sendo pouco significativo. A indústria entre as atividades econômicas foi à terceira em participação no total do emprego formal gerado no período entre 2004 a 2010.

Os dados evidenciaram que a economia baiana se industrializou de forma acelerada e constante a partir dos anos 1950, porém, concentrada na Região Metropolitana de Salvador principalmente devido à infraestrutura encontrada na região. Porém, como visto no capítulo 2 e 3 o governo do Estado criou programas que promoveram o incentivo e a diversificação dos investimentos, buscando atrair empresas para o interior do Estado.

Nesse sentido, observou nos dados apresentados, que RMS apresentou diminuição da participação no total da indústria de 2,5% no período analisado, com destaque para a mesorregião do Centro Sul Baiano que aumentou sua participação em 4,5% de 2004 a 2010, ou seja, as políticas de descentralização do governo surtiram efeito e diminuí a concentração da indústria mesmo essa ainda tendo participação significativa na RMS.

Verificou-se que o setor de serviços aumenta sua participação no PIB Estadual e a indústria diminui sua participação no período de 2004 a 2010, porém, quando se observou a participação do emprego formal no Estado, o setor de serviços perde participação, enquanto o setor industrial obteve crescimento, mostrando a importância da indústria para absorver a mão-de-obra disponível no período escolhido.

Foi possível observar que o setor de calçados, têxtil, confecções indicou a melhor relação capital/trabalho, pois para cada emprego gerado utilizou o menor investimento comparado com outros setores da indústria, ou seja, para cada posto de trabalho usou R\$ 23.039,79 de investimentos enquanto o setor químico-petroquímico precisou de um investimento de R\$ 1.068.615,00 para um emprego gerado.

Outro dado observado no capítulo 3 foi referente à renda média, na qual, os setores de serviços e da indústria apresentaram renda maior do que o total da média no ano de 2010. A indústria apresenta renda maior do que o setor agropecuário e do comércio e manteve crescimento real acompanhando os valores encontrados nos serviços.

Em suma, este trabalho procurou colaborar com o debate da industrialização e mostrar o desempenho desse setor na geração de emprego para Bahia. Diante disso, é possível afirmar numa conclusão geral que a Bahia tem um setor industrial importante na participação do PIB Estadual, e apresentou crescimento no emprego formal no período estudado, no entanto, ainda consta uma participação baixa no total do emprego, e que a indústria centralizada na RMS já apresenta uma diminuição de sua participação, mostrando que outras regiões aparecem com grande potencial de crescimento, como é caso do Centro Sul Baiano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 11, n. 19, p.83-84, jan. 2009.

ANDRADE, Eliziário. **Nova Ofensiva do Capital Sobre o Trabalho**. Salvador: UCSal, 2000.

ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; LIMA, Roberto Alves de. Aspectos Estruturais do mercado de trabalho em contexto recente da economia brasileira: contraponto Nordeste-Sudeste. In: MORETTO, Amilton et al. **Economia, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2010. p. 105-138.

AVENA FILHO, Armando. **Nordeste e Bahia: Os caminhos do Desenvolvimento**. Salvador: Ucsal, 1986.

AZEVEDO, Jose Sergio Gabrielli de. Bahia: Setenta anos do enigma baiano ao desafio do crescimento com distribuição de renda: futuro transformado, presente pujante, passado estruturador. In: PESSOTI, Gustavo Casseb. **A economia baiana em análise retrospectiva e perspectiva**. Salvador: CORECON, 2015. p. 100-120.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Record; Cofecon, 2000. p. 15 - 68 v 1.

BUARQUE, Sergio C. **Teoria do Emprego e Industrialização Tardia**. Sudene, Recife: Massangana, 1987.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930 - 1970**. São Paulo: Global, 1985.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX**. Salvador: Federação das Indústrias do Estado da Bahia, 2008.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Cofecon. O mercado comum latino-americano. In: BIELSCHOWSWY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. Cap. 9. p. 347-372.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 4, p.21-34, jan. -abr. 2001.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 1-53.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSWY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 23.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2005.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.

IBGE. **Pesquisa Industrial Anual**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-empresa/quadros/brasil/2015>>. Acesso em: 25 abr. 2018a.

IBGE. **Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário - PIMES**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/industria/9298-pesquisa-industrial-mensal-de-emprego-e-salario.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 01 maio 2018b.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm>. Acesso em: 06 jun. 2018.

IPEADATA. **CONTAS REGIONAIS**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 05 maio 2018.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
MTE. **Programa de disseminação das estatístico do trabalho**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

NERY, Tiago. **A Economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990**. 2004. 125 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2004. Cap. 3.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-38, maio, 2002. Semestral.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 89, n. 31, p.125-144, jan. 2017.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. **A Industrialização na Bahia- 1950-1990**. Salvador, 1966.

PESSOTI, Bruno Casseb; PESSOTI, Gustavo Casseb. A economia baiana e o desenvolvimento industrial: uma análise do período 1978-2010. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 22, n.8, p.28-45, dez. 2010.

PESSOTI, Gustavo Casseb. **Um estudo da política industrial na Bahia entre 1950 E 2005**. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Análise Regional, Universidade Salvador, Salvador, 2008.

PELLEGRINO, A. C. G. T. **Nas Sombras do Subdesenvolvimento: Subdesenvolvimento e Problemática Regional em Celso Furtado**. Campinas: Alínea, 2005, p. 79-136.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: CEPAL (Org.). **Boletín económico de América Latina**. Santiago do Chile: Cepal, 1962. Cap. 7. p. 71-129.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Tradução de: Maria Alzira Brum Lemos.

SEI. **Manual de treinamento do CAGED e da RAIS**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2236&Itemid=209>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SILVA, Giliad de Souza. 50 anos da industrialização baiana – do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica: uma revisão econométrica. In: IX ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 2013, Salvador. **ECONOMIA BAIANA**. Salvador: SEI, 2013.

SOUSA, Carolina Araújo; COSTA, Daniel Henrique Sitônio. Políticas de desenvolvimento industrial no Brasil baseadas nas propostas desenvolvimentistas da CEPAL. **Revista Brasileira Planejamento Desenvolvimento**, Curitiba, v. 3, n. 1, p.166-182, jan./jul. 2014.

SOUZA, Nali de Jesus. Desindustrialização e leis de Kaldor: evolução da produtividade industrial do Brasil 1980/2008. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. ano XI no.19 Salvador Jan. 2009.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. A ECONOMIA BAIANA: OS CONDICIONANTES DA DEPENDÊNCIA. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 10, n. 6, p.88-98, jul. 2004.

RAIS. **MTE**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil (1973). In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000. p. 217 - 239. v 1.

TAVARES, Maria da Conceição. **Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares/** Organizadores: João Sicsú, Douglas Portari. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 ANOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BAIANA: DO ENIGMA A UMA DINÂMICA EXÓGENA E ESPASMÓDICA. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 1, p.80-93, jul. 2000.

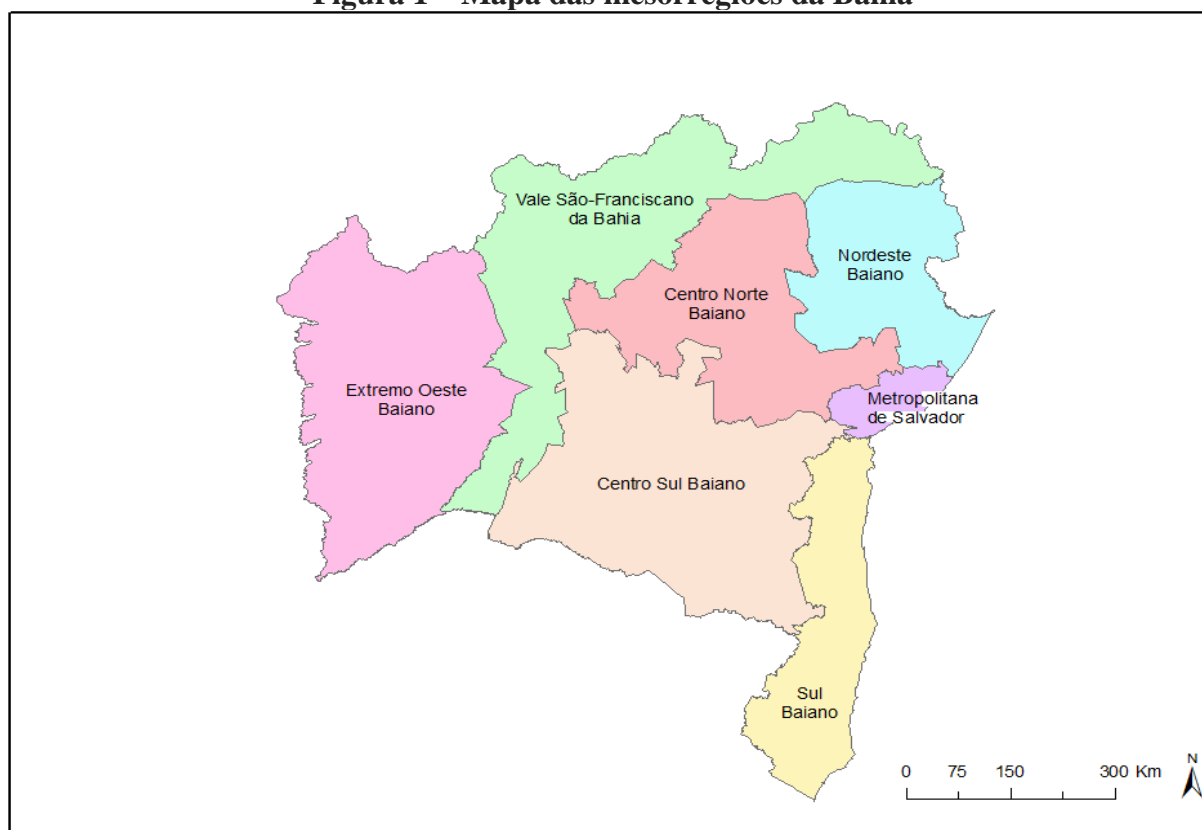
UDERMAN, Simone. **Indústria e desenvolvimento regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia**. Salvador: FIEB, 2008.

APÊNDICE

Tabela 17 – Estrutura do emprego formal a valores absolutos na Bahia no período 1990-2000

Ano	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Emprego Total
1990	123.878	63.875	130.220	542.761	15.694	876.428
1991	113.218	56.729	121.036	534.771	17.545	843.299
1992	104.922	44.467	112.039	456.035	18.423	735.886
1993	104.366	43.564	109.038	529.264	17.579	803.811
1994	115.746	40.782	132.574	489.573	38.694	817.369
1995	117.425	42.736	144.634	581.030	48.952	934.777
1996	109.062	44.685	149.096	604.236	49.725	956.804
1997	113.864	51.999	153.195	634.171	47.689	1.000.918
1998	101.954	57.969	154.160	698.074	50.034	1.061.697
1999	110.836	58.071	173.629	713.344	52.538	1.108.536
2000	126.836	61.269	195.210	739.848	54.172	1.177.335

Figura 1 – Mapa das mesorregiões da Bahia



Fonte: IBGE, (2018)